



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACS

BRUNO WENDERSON DA SILVA FERREIRA

EXPOSIÇÃO DO CORPO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE CONTEÚDO
ADULTO: trabalho e intimidade

BELÉM-PA/2025

BRUNO WENDERSON DA SILVA FERREIRA

EXPOSIÇÃO DO CORPO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE CONTEÚDO

ADULTO: trabalho e intimidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como requisito de obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira

BELÉM-PA/2025

BRUNO WENDERSON DA SILVA FERREIRA

EXPOSIÇÃO DO CORPO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE CONTEÚDO

ADULTO: trabalho e intimidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais, do Campus Universitário de Belém, da Universidade Federal do Pará, como requisito de obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito:

Banca Examinadora

Orientadora

Prof. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira - UFPA

Examinadora

Prof. Dra. Luiza Maria Silva Dantas - UFPA

Dedico este estudo à minha família e a todos aqueles que de alguma maneira incentivaram e tornaram este trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao cosmos e à aleatoriedade que rege minha vida pela realização dessa experiência. Agradeço à minha bisavó Maria das Graças, que mesmo sem estar presente, norteou meu coração ao longo desse caminho com determinação e amor.

Agradeço a toda a minha família pelo apoio, compreensão e por todos os momentos que, de alguma maneira, me ajudaram nesse processo, em especial minha querida e única mãe Silvia Luciana, que deu a vida e muito mais para me manter no caminho da educação e da humanidade.

Agradeço a minha avó amada Sheila Moutinho, a melhor avó do mundo que sempre respeitou minha individualidade. Agradeço as minhas tias do coração Sônia Luana, Ariadni Cristini e Tia Graça, em especial, que me forneceu ferramentas para enfrentar todo o processo da graduação com dignidade e acessibilidade.

Aproveito para agradecer aos meus pais, Coronel Carlos Augusto Fernandes Pinheiro e Emerson Fitibaldi Gomes Ferreira, que de suas maneiras sempre me forneceram o apoio e o amor que eu precisei para me tornar um homem com bons princípios, vocês são os meus reflexos.

Agradeço ao meu companheiro, Wallyson Costa, por todos os meses aturando minhas crises e inseguranças, me dando suporte em todos os momentos, isso eu jamais irei esquecer. Agradeço fortemente a todos os meus amigos que sempre me incentivaram e sempre estiveram comigo; Rafaelly Nascimento, uma amiga para a vida inteira; Pedro Cruz, meu grande amigo e irmão, que sempre me aconselhou em momentos de crise existencial; Matheus Lima, um irmão de outra mãe que sempre acreditou em mim e me estimulou com palavras de amizade; Lucas Gomes; que mesmo distante, sempre esteve por perto; Gabriel Mota, por me mostrar a mais de 10 anos o que é ser amigo de longa data.

Agradeço ao Prof. Cássio Souza, um amigo que a vida me deu de presente, sem seus encaminhamentos eu realmente não sei que caminhos teria seguido. Agradeço a todos os entrevistados que aceitaram participar de boa vontade e profundo entusiasmo, sem a participação de todos, esse trabalho não seria possível. E por último, mas não menos importante, agradeço fortemente à minha orientadora Prof. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira, por ter confiado em mim até o último momento, e acima de tudo, pelo seu profissionalismo e humanidade, garanto que jamais esquecerei.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise sobre a transição do trabalho sexual no contexto das plataformas digitais, que ao longo dos anos ganhou destaque no que se refere as novas relações sociais e íntimas mediadas por esses espaços online, por meio de um processo de monetização da intimidade. Tradicionalmente marginalizado e relacionado ao contato físico, o trabalho sexual encontrou nas plataformas digitais uma nova e promissora dimensão de atuação, sob promessa de autonomia, controle e segurança no que se refere aos aspectos laborais de trabalho dos criadores de conteúdo adulto. O objetivo se insere na compreensão sobre como os atores sociais constroem suas carreiras, estabelecem relações e renegociam as fronteiras entre o que conhecemos como trabalho sexual tradicional e trabalho sexual remediado por plataformas digitais, através das experiências de profissionais do sexo em plataformas digitais para adultos, como *OnlyFans* e *Privacy*. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória. O estudo empírico baseou-se na realização de entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais do sexo convidados. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, permitindo a identificação das categorias de atuação. Ao analisar o fenômeno do trabalho sexual em plataformas e espaços digitais, mais especificamente na região metropolitana de Belém do Pará, propõe-se a compreensão dessas dinâmicas de atuação, as quais são vivenciadas e transmitidas pelos interlocutores. Não obstante, os resultados indicam que a transição digital é marcada por uma busca por estabilidade, autonomia e segurança. No entanto, observa-se que o ambiente digital impõe novos desafios laborais, como a exigência de produção contínua de conteúdo para manter o engajamento e o autogerenciamento em relação à privacidade do criador de conteúdo. Conclui-se, portanto, que compreender as noções e interconexões entre tecnologia e prostituição, encontradas em contextos específicos, contribui para o entendimento das possíveis transformações deste setor em discussões acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho e intimidade; trabalho e plataformas de conteúdo adulto; trabalho sexual; masculinidades.

ABSTRACT

The present work proposes an analysis of the transition of sex work within the context of digital platforms, which over the years has gained prominence in relation to new social and intimate relations mediated by these online spaces, through a process of monetizing intimacy. Traditionally marginalized and associated with physical contact, sex work has found in digital platforms a new and promising dimension of activity, under the promise of autonomy, control, and safety regarding the labor aspects of adult content creators. The objective is to understand how social actors build their careers, establish relationships, and renegotiate the boundaries between what is known as traditional sex work and sex work remediated by digital platforms, through the experiences of sex workers on adult-oriented digital platforms such as *OnlyFans* and *Privacy*. The research adopts a qualitative and exploratory approach. The empirical study was based on semi-structured interviews conducted with five invited sex workers. The collected data were subjected to content analysis, allowing the identification of categories of activity. By analyzing the phenomenon of sex work in platforms and digital spaces, more specifically within the metropolitan region of Belém do Pará, this study seeks to understand the dynamics of their practices, which are experienced and narrated by the interlocutors. Furthermore, the results indicate that the digital transition is marked by the pursuit of stability, autonomy, and security. However, the digital environment imposes new labor challenges, such as the demand for continuous content production to maintain engagement and the need for self-management regarding the content creator's privacy. It is concluded, therefore, that understanding the notions and interconnections between technology and prostitution, as observed in specific contexts, contributes to understanding the possible transformations of this sector within academic discussions.

KEYWORDS: Work and intimacy; Work and adult content platforms; Sex work; Masculinities.

RESUMEN

El presente trabajo propone un análisis sobre la transición del trabajo sexual en el contexto de las plataformas digitales, que a lo largo de los años ha ganado relevancia en lo que se refiere a las nuevas relaciones sociales e íntimas mediadas por estos espacios en línea, mediante un proceso de monetización de la intimidad. Tradicionalmente marginado y asociado al contacto físico, el trabajo sexual encontró en las plataformas digitales una nueva y prometedora dimensión de actuación, bajo la promesa de autonomía, control y seguridad en los aspectos laborales de los creadores de contenido para adultos. El objetivo se centra en comprender cómo los actores sociales construyen sus carreras, establecen relaciones y renegocian las fronteras entre lo que conocemos como trabajo sexual tradicional y el trabajo sexual remediado por plataformas digitales, a partir de las experiencias de profesionales del sexo en plataformas digitales para adultos, como *OnlyFans* y *Privacy*. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio. El estudio empírico se basó en la realización de entrevistas semiestructuradas con cinco profesionales del sexo invitados. Los datos recopilados fueron sometidos a análisis de contenido, lo que permitió identificar categorías de actuación. Al analizar el fenómeno del trabajo sexual en plataformas y espacios digitales, más específicamente en la región metropolitana de Belém do Pará, se propone comprender las dinámicas de actuación vivenciadas y transmitidas por los interlocutores. No obstante, los resultados indican que la transición digital está marcada por la búsqueda de estabilidad, autonomía y seguridad. Sin embargo, se observa que el entorno digital impone nuevos desafíos laborales, como la exigencia de producción continua de contenido para mantener el compromiso del público y la necesidad de autogestión en relación con la privacidad del creador de contenido. Se concluye, por lo tanto, que comprender las nociones e interconexiones entre tecnología y prostitución, observadas en contextos específicos, contribuye a entender las posibles transformaciones de este sector en los debates académicos.

PALABRAS CLAVE: Trabajo e intimidad; Trabajo y plataformas de contenido adulto; Trabajo sexual; Masculinidades.

LISTA DE QUADROS

Imagem 1 - página de entrada/login do Privacy	29
Imagem 2 - página inicial do Privacy	30
Imagem 3 - página inicial do Privacy	31
Imagem 4 - página inicial/categorias	32
Imagem 5 - página inicial/categorias	32
Imagem 6 – Feed/Privacy	33
Imagem 7 – aba de suporte aos desenvolvedores	34
Imagem 8 - área do assinante/agente.....	35
Imagem 9 - página inicial/OnlyFans	38
Imagem 10 - página inicial/OnlyFans.....	39
Imagem 11 – Perfil do usuário/OnlyFans	40
Imagem 12 – perfil do usuário - ícone das iniciais do usuário/ OnlyFans.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil demográfico e de atuação dos entrevistados no trabalho sexual.....	29
--	----

Sumário

CAPÍTULO 1	11
1.1 Justificativa e relevância da pesquisa	13
1.2 Metodologia de pesquisa	14
CAPÍTULO 2	16
Prostituição: uma reflexão	16
2.2 Mercados do sexo	21
2.3 O trabalho sexual masculino	24
CAPÍTULO 3	27
Capitalismo de plataforma e reconfiguração do trabalho sexual	27
3.1 Privacy e <i>onlyfans</i> : a infraestrutura da intimidade	29
CAPÍTULO 4	45
Resultados e discussão	45
4.1 O risco de vazamento e o prejuízo moral dos criadores de conteúdo adulto	46
4.2 O <i>Twitter</i> (X) como plataforma remediadora	47
4.3 A luta pela definição: autodeclarações e complexidades	48
4.4 Dinâmicas laborais: produção, edição e o mito da simplicidade	50
4.5 Tensão da intimidade: a performance do afeto e o trabalho emocional	52
4.6 O paradoxo do consumo: a hipocrisia da "boa sociedade"	53
4.7 Os custos do capital	54
4.8 O estigma de gênero como barreira na pesquisa	55
4.9 O transnacional e o digital: redes de apoio e a sobrevivência das mulheres	56
CAPÍTULO 5	59
Outros espaços digitais de conteúdo adulto	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	65
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – TRABALHO SEXUAL MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGIT	66
ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA - TRABALHO SEXUAL TRADICIONAL	68

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre as relações humanas e suas trocas é marcada por estigmas sociais que sugerem a diferenciação entre o mundo econômico e o afetivo. No entanto, essa afirmação se encontra equivocada, uma vez que, na realidade, ao longo do desenvolvimento das sociedades, as relações de troca sempre estiveram presentes nas relações humanas, e muitas vezes, em aspectos diferentes. Esse argumento sustenta-se à perspectiva de Marcel Mauss (2003), analisado por Eric Sabourin (2008, p.132), em que destaca a dádiva como contrária à troca, ao analisar as perspectivas de Mauss em seus estudos sobre sociedades indígenas não ocidentais e suas relações de troca, o autor destaca que existe uma mistura simbólica entre o material e o espiritual para estabelecer relações, agregar aliados e evitar possíveis conflitos indesejados.

Na contemporaneidade, no entanto, criou-se a ideia de que trocas materiais de cunho estritamente econômico e as relações de intimidade são esferas rigidamente separadas, como se dinheiro e intimidade fossem esferas inconciliáveis e impermeáveis uma à outra. No entanto, há uma distinção entre essas esferas as quais são repletas de tensões no mundo contemporâneo, principalmente no que se refere às dinâmicas de trabalho mediadas por plataformas digitais.

Observa-se que a monetização¹ da intimidade no contexto da plataformização das relações sociais, o uso da imagem do corpo como ferramenta de trabalho ganha destaque, especialmente em plataformas de conteúdo adulto como *OnlyFans* e *Privacy* – Aplicativos que ao longo dos anos vêm crescendo exponencialmente em relação ao número de usuários ao possibilitarem um novo formato de monetização de conteúdo baseados em intimidade, sexualidade e exposição (SOUZA, 2024).

A crescente produção e comercialização de conteúdo erótico para adultos levanta questões na esfera do trabalho, da intimidade e da sexualidade no capitalismo de plataforma. Nesse sentido, a socióloga Viviana Zelizer (2011) argumenta que dinheiro e afetividade não são dimensões opostas ou excludentes, mas profundamente interligadas em contextos sociais específicas. São regulados por normas e significados próprios as quais orientam relações tanto monetizadas, quanto aquelas baseadas em trocas simbólicas e afetivas.

Considero essa perspectiva teórica fundamental para os estudos sobre o trabalho sexual, visto que esse é um dos campos em que a tensão entre dinheiro e intimidade

¹ Processo pelo qual uma atividade, serviço, interação ou conteúdo é convertido em fonte de receita, por meio de mecanismos como vendas, assinaturas, cobrança por acesso, publicidade ou outras formas de remuneração.

manifesta-se de forma explícita e estigmatizada. A perspectiva de Zelizer torna-se, portanto, essencial para indagar sobre as possíveis reconfigurações do trabalho sexual na contemporaneidade, principalmente no que se refere ao uso da imagem e do corpo para a geração de conteúdo adulto em plataformas digitais.

A complexidade da tensão entre dinheiro e afeto se apresenta de forma aguda no campo do trabalho sexual, estigmatizado historicamente sob o enquadramento moral de prostituição, tal atividade laboral transcende o ato sexual em si, sendo marcado por profundas contradições sociais e simbólicas, como analisado por George Simmel (1995) - Perspectiva essa que será recuperada subseqüentemente. A dificuldade em classificar a prostituição como trabalho legítimo ou mero comércio do corpo determina os limites morais da sociedade, observado, inclusive, como ponto de tensão e debate em movimentos feministas até os dias de hoje. Nessa perspectiva, a chegada de plataformas e espaços digitais como *OnlyFans* e *Privacy*, ganham novos contornos e lançam outros desafios ao debate sobre sexualidade, pornografia, trabalho sexual e prostituição na contemporaneidade, uma vez que põem em questão a exposição do corpo e da intimidade.

Nesses termos, argumento que a questão central a ser investigada neste trabalho é: em que medida o uso do corpo como ferramenta de trabalho, que passa a ser divulgado e monetizado por meio do uso das plataformas digitais desafia e reconfigura os limites simbólicos entre o trabalho e intimidade, resignificando ou distanciando-se das concepções tradicionais da prostituição?

Esse trabalho desenvolve-se a partir da hipótese de que, na contemporaneidade, a mediação tecnológica das plataformas digitais de conteúdo adulto tensiona e reconfigura os limites simbólicos da prostituição em relação às suas perspectivas tradicionais. Essa reconfiguração se insere por meio de novas autodefinições profissionais por parte dos criadores de conteúdo e pela inserção de uma lógica de trabalho que explora a intimidade e as relações afetivas mediadas por plataformas e espaços digitais, tensionando a fronteira entre trabalho sexual tradicional e outras modalidades de monetização do corpo no capitalismo de plataforma.

Os seguintes objetivos específicos a) Investigar a percepção dos criadores de conteúdo que trabalham nessas plataformas; b) Identificar suas condições sociais bem como suas motivações que as/os levaram a trabalhar por meio dos aplicativos de uso adulto ou para a prostituição; c) Compreender como os criadores de conteúdo adulto constroem sua identidade em relação à natureza de seu trabalho, explorando os termos e categorias que utilizam.

1.1 Justificativa e relevância da pesquisa

A escolha deste tema surge a partir de inquietações pessoais desenvolvidas ao longo de vivências cotidianas. A convivência com amigos que comercializam conteúdo íntimo em plataformas digitais despertou-me o interesse em compreender melhor a natureza desse trabalho e suas formas de inserção no contexto mais amplo das relações sociais e econômicas contemporâneas. Indagava meus amigos a respeito das especificidades desse trabalho que envolve divulgar por meio de registros fotográficos partes ou a totalidade de seus corpos, questionava até que ponto não se tratava de prostituição. Notei uma crescente naturalização dessas práticas como alternativa de renda, o que resultou em profundos questionamentos: a) seriam essas pessoas profissionais do sexo? Estariam reconfigurando o que se entende por prostituição?

No processo preliminar de investigação, observei a escassez de produções acadêmicas sobre essa temática no Brasil; e, mais especificamente, em Belém do Pará. No que se refere ao foco de pesquisa sobre os criadores de conteúdo, há menos estudos acadêmicos do que se esperava, o que justifica a relevância e urgência desta pesquisa.

Essas dinâmicas, sinalizam uma crescente transformação na maneira como o trabalho, a sexualidade e o uso do corpo estão imbricados no contexto das tecnologias digitais, em geral, e das redes sociais em específico. Essa percepção estimulou-me analisar a clássica obra de Georg Simmel (1995) sobre a prostituição, nela o autor argumenta que a troca entre dinheiro e afeto, como um ponto de tensão estrutural da modernidade, marca historicamente o trabalho sexual como um campo social em que a lógica fria e calculista da venda colide-se com a dimensão pessoal da intimidade.

No contexto digital, essa tensão intensifica-se: há dinheiro, desejo e ausência de contato físico com mediação algorítmica. No entanto, paradoxalmente, esse fenômeno parece inflamar ainda mais a impessoalidade da troca, o que levanta a questão: em que medida a exposição e a monetização do corpo nas plataformas e espaços digitais representam uma nova despersonalização da troca, ou criam novas formas de vínculo com o público?

Nesse percurso, questionar sobre essas novas formas de exposição e monetização do corpo deixou de ser apenas investigação voltada a sanar uma curiosidade sobre um determinado fenômeno social e tornou-se objetivo lançar luz sobre as transformações simbólicas do trabalho, da sexualidade e da identidade em um tempo em que os limites entre o privado e o público, o íntimo e o mercantil, o trabalho e o desejo se tornam cada vez mais fluidos.

Isso porque, as demandas pelas plataformas digitais de conteúdo “18+” aumentaram exponencialmente, e seguem atraindo consumidores ao redor do mundo. Como aponta Souza (2024), a plataforma *OnlyFans* teve um crescimento acelerado durante a epidemia da covid-19. No início de 2020, apresentou aumento de 7,5 milhões de usuários e, em agosto de 2021 saltou para 130 milhões. Esses dados reforçam que desde o seu surgimento, a plataforma de conteúdo adulto consolidou-se como uma alternativa de monetização mais do que acessível para criadores de conteúdo que viram as transformações causadas pela pandemia da Covid-19 uma oportunidade de lucro e estabilidade pessoal (SOUZA, 2024).

1.2 Metodologia de pesquisa

Adotei nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, com base em análise documental, levantamento bibliográfico e levantamento de dados empíricos por meio de entrevista baseada em roteiro semiestruturado. Os dados levantados por meio de entrevista foram tratados de forma confidencial e os participantes tiveram suas identidades preservadas, conforme os princípios éticos da pesquisa acadêmica. Conforme pactuado previamente com os/as entrevistados/as e seus nomes foram substituídos por identidades fictícias.

O referencial teórico que fundamenta esta pesquisa foi construído por meio de uma revisão bibliográfica exploratória e sistemática, com o objetivo de mapear as discussões centrais que conectam o trabalho digital com o debate no campo da sexualidade, mais especificamente, o trabalho sexual mediado pelas plataformas digitais. O levantamento foi realizado nas principais bases de dados acadêmicas; SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES. Utilizarei as seguintes combinações de palavras-chave que permeavam os eixos centrais do trabalho, Capitalismo de Plataforma (SRNICEK, 2017), Movimentos Daspu (GUERRA, 2019), Mercados do Sexo (PISCITELLI, 2016), Prostituição e Estigma (RAGO, 1990) e a Sociologia de Simmel (1995), focada nos temas da metrópole, dinheiro e moralidade. A seleção do material priorizou obras canônicas como ZELIZER, 2011 e SIMMEL, 1995; e a produção contemporânea da economia de plataforma SLEE, 2017 e SRNICEK, 2017. O objetivo foi estabelecer diálogo entre a teoria social clássica e as novas dinâmicas das relações sociais atravessadas e mediada pelas tecnologias digitais.

Para a análise visual da plataforma, utilizou-se a técnica de captura de tela. Visando a proteção ética da identidade dos criadores, todas as imagens que continham dados pessoais, como rostos e nomes de usuário, foram tratadas com pixelização, utilizando o suporte de edições do *smarthphone*. Este procedimento garante o anonimato, permitindo que a análise se

concentre exclusivamente na estrutura e interface da plataforma, e não em indivíduos específicos.

No que se refere aos entrevistados, quatro dos interlocutores foram selecionados por meio de convite enviado através das redes sociais como *WhatsApp* e Instagram, sendo um interlocutor indicado por contatos próximos. As entrevistas foram realizadas em ordem cronológica e datas específicas, com flexibilidade, para garantir a assiduidade e conforto dos convidados, e consequentemente, a coleta de dados empíricos valiosos através de suas perspectivas e vivências.

O material empírico, composto pelas entrevistas semiestruturadas com os cinco interlocutores, foi analisado com base na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), buscando a compreensão dos sentidos manifestados pelos sujeitos participantes desta pesquisa, a partir da produção de informações oriundas de suas falas. O processo analítico seguiu as duas fases clássicas: 1) pré-análise, que envolveu a leitura flutuante das transcrições, a organização do corpus e a formulação das hipóteses de conexão entre os dados e a teoria; 2) exploração do material, que foi o momento central da categorização. As falas na íntegra dos interlocutores foram codificadas e agrupadas em blocos temáticos e/ou unidades de registro que emergiram do diálogo entre o campo e o referencial. Esta fase gerou os eixos de discussão, como a tensão dinheiro vs. afeto e o custo oculto do Capital; Tratamento dos Resultados e Interpretação.

As frequências e as relações entre as categorias foram submetidas à análise crítica, permitindo a construção da argumentação final mobilizadas pelas lentes das teorias de Srnicek (2017), Simmel (1995) e Piscitelli (2016). O rigor metodológico foi mantido pela constante justaposição da citação íntegra dos entrevistados com o argumento teórico.

CAPÍTULO 2

Prostituição: uma reflexão

O entendimento sobre o trabalho sexual no contexto da internet e das plataformas digitais exige abandonar a noção da prostituição em seu aspecto mais áspero e raso como mero ato sexual tarifado. O termo carrega uma densidade histórica, moral e política que impede uma definição única, pois sua compreensão transita entre a sociologia, a filosofia e o direito, sendo frequentemente relacionadas às narrativas de vitimização e condenação moral.

Neste sentido, adota-se a perspectiva segundo a qual a prostituição deve ser analisada como um fenômeno complexo de trocas sociais e econômicas ligado à gestão do corpo e da subjetividade em mercados específicos (Piscitelli, 2016). É nesse sentido que a discussão se inicia, buscando por meio das lentes sociológicas a base para desvincular o fenômeno de seu peso moral e compreender sua estrutura social (Simmel, 1995).

Georg Simmel oferece uma análise fundamental para compreender a tensão social que permeia a mercantilização da intimidade. Em perspectiva, Simmel (1995, p.1) demonstra que a prostituição é um ponto delicado da modernidade, na qual a troca entre dinheiro e afeto se manifesta como uma fonte de grande desconforto social, e que a “boa sociedade” vive sob ceticismo, uma vez que ela mesma impõe ao conjunto da sociedade seu próprio sistema, consome o sexo e, por meio da prostituição, o marginaliza.

O autor ressalta a hipocrisia da “boa sociedade”, apontando que sua indignação moral em relação à prostituição é, muitas vezes, um disfarce, pois a própria sociedade, em suas dinâmicas e necessidades ocultas, não só propicia as condições para a existência da prostituição, mas também dela extrai vantagens ou prazeres, mesmo enquanto a condena publicamente. Essa contradição inerente revela que o estigma contra a prostituição não é meramente uma questão moral simplista, mas uma complexa construção social que serve para demarcar os limites simbólicos entre o que é íntimo e o que é passível de comercialização. Além disso, o autor observa que as próprias trabalhadoras “vivem efetivamente para a alegria, talvez para a alegria alheia, mas não decerto para as delas” (Simmel, 1995, p. 2), evidenciando a ausência de satisfação ou gratificação pessoal nessa atividade, nesse contexto.

Nessa perspectiva, a monetização do corpo não serve como um meio para uma conexão afetiva ou para a construção de vínculos genuínos; ao contrário, ele se torna um fim em si mesmo, esvaziando a interação de qualquer dimensão pessoal ou subjetiva. Essa transação, puramente calculista e impessoal, despoja o ato sexual de seu valor intrínseco e o reduz à sua

função mais básica de mercadoria, transformando o que poderia ser fonte de afeto em algo desumanizado. Tal instrumentalização do corpo e da sexualidade, desprovida de emoção e reduzida à mera troca monetária, gera um profundo choque com as normas sociais estabelecidas, solidificando o preconceito e o tabu que historicamente recaem sobre o trabalho sexual e dificultam seu reconhecimento enquanto trabalho.

Expandindo essa crítica, o alemão questiona a seletividade da indignação da “boa sociedade”, comparando o “sacrifício” das profissionais do sexo ao de mineradores de carvão, como os que são destinados às minas ou que exercem ofícios árduos, cujas “vidas são jogadas fora” e “sacrificadas em relação à sociedade” (SIMMEL, 1995, p. 8). Análise que se torna crucial para o entendimento segundo o qual, a sociedade demonstra possuir uma sensibilidade moral seletiva, condenando a prostituição em nome de uma pureza moral enquanto aceita e até exige o sacrifício da vida de milhares de outros trabalhadores para sua própria conservação e benefício.

Avançando o argumento do autor, assim como o desempenho técnico-científico de um trabalhador encerra implicitamente toda a sua formação e história, também “há no serviço das prostitutas todas as suas consequências e conexões, a atitude global e o futuro global do prestador de serviço” (SIMMEL, 1995, p. 9). Isso significa que, para além do ato isolado, o “serviço” prestado pela prostituição, tal como o de um minerador ou operário de fábrica, demanda e afeta a totalidade de sua vida. Haveria um “falso individualismo” que isola o serviço dos vínculos com o restante da vida do indivíduo, e deixando espaço para o questionamento do porquê a sociedade, que implicitamente exige o “sacrifício de sua vida inteira” de tantas outras profissões para sua conservação, se comover tão pouco com essas “vidas jogadas fora” e, ao mesmo tempo, condenar moralmente o sacrifício de mulheres que “possibilitam aos homens não possuídos uma vida sexual normal e proteger a castidade das outras mulheres” (SIMMEL, 1995, p. 9).

Essa análise evidencia que a dificuldade de reconhecimento do trabalho sexual está enraizada não somente em uma questão moral, mas em uma profunda contradição na forma como a sociedade valoriza formas de trabalhos considerado produtivos e responsáveis pelo progresso da sociedade em detrimento de outros como o da prostituição. Simmel também chama a atenção a um provável falso moralismo, relativa a uma seletiva indignação da “boa sociedade”.

A transição do conceito de “prostituição” exige migrar da visão da tensão estrutural para a realidade histórica do controle social. A contribuição de Margareth Rago, em *Os Prazeres da Noite* (1990), se observa na investigação da prostituição não pela sua natureza,

mas pela sua construção como um problema de ordem pública na Belle Époque paulistana. Rago (1990) utiliza a história social para demonstrar que o fenômeno se estabeleceu como um objeto de intervenção institucional nas primeiras décadas do século XX. Um de seus principais achados consiste em desvendar o estigma como um mecanismo de disciplinamento mais amplo da sexualidade feminina.

A autora descreve como o tema tornou-se alvo de reações moralistas por parte de uma aliança institucional formada por chefes de polícia, médicos, juristas e criminologistas ansiosos em “definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer” (Rago, 1990, p. 165). Essa dinâmica também pode ser relacionada ao que Foucault discute, em termos mais amplos, sobre os modos pelos quais o poder público regula, produz e administra discursos e práticas ligadas ao corpo e à sexualidade (FOUCAULT, 1999).

Neste sentido, a preocupação era criar um tipo de código de sexualidade no qual a figura da prostituta servia como o polo negativo, reforçando a oposição entre a mulher honesta e a mulher desviante. De tal modo, deduz-se que o estigma é, antes de tudo, uma construção de poder. Rago rompe com a visão de sujeição passiva ou vitimização. A investigação de suas fontes revela a agência e as táticas de resistência dessas mulheres. A autora observa que as profissionais do sexo buscavam a fuga da ordem e da disciplina familiar e social, aderindo a uma outra forma de vida marcada pelo ‘rompimento com a ordem’ e a adesão a uma ‘mundanidade’ específica (RAGO, 1990, p.364).

Avalio que a compreensão segundo o qual o trabalho sexual é um campo de códigos de resistência e estratégias de vida, e não apenas sujeição, estabelece a base para a análise da dimensão política do fenômeno. As táticas individuais de autodefinição e a fuga da norma observada por Rago só ressoa a necessidade de uma consciência coletiva. O estigma construído pela sociedade não desapareceu, mas mobilizou as profissionais do sexo a converterem suas experiências em pautas políticas. Dessa maneira, o estudo da agência individual se expande para a esfera pública da luta por direitos e reconhecimento, marcando o início dos primeiros movimentos sociais no Brasil nesse campo.

A luta das profissionais do sexo no Brasil ergue-se, portanto, como uma reivindicação direta contra o mecanismo de disciplinamento apontada por Rago, e que remonta à tensão entre dinheiro e afeto analisada por Simmel. Ao confrontarem o estigma e buscarem o reconhecimento como trabalhadoras, esses grupos demonstram que a dificuldade de classificar o trabalho sexual como atividade legítima é uma barreira que ultrapassa a esfera legal, enraizando-se no âmbito cultural e simbólico. É com esse histórico de luta por

reconhecimento que a discussão avança para a análise dos primeiros movimentos sociais no Brasil.

2.1 Os primeiros movimentos de luta por reconhecimento do trabalho sexual

Para compreender a profundidade e a história da busca por reconhecimento da condição de trabalhadora que as prostitutas reivindicavam, é crucial voltar no tempo e analisar os argumentos iniciais dos movimentos sociais organizados de trabalhadoras sexuais no Brasil. Conforme documentado por Carolina Bonomi de Menezes Guerra (2019, p. 42) em sua tese “Mulher da Vida, É Preciso Falar”, a necessidade desses movimentos remonta o período de afrouxamento da repressão ditatorial brasileira, entre os anos de 1980 e 1986.

Dados levantados pelo estudo revelam que a emergência do movimento seguiu junto a diversos movimentos sociais na esfera política brasileira em detrimento do afrouxamento do regime militar. Os primeiros grupos se organizaram com o objetivo de reivindicar melhores condições de subsistência, em busca de segurança, moradia e saúde, com o intuito de converter a experiência de marginalização em pauta política. Guerra (2019, p. 42) argumenta que a história é marcada pela articulação e formação desenvolvida pelos primeiros movimentos sociais. Nesse sentido, o movimento cresceu por meio de um processo contínuo de auto-organização e debate ao longo dos anos.

É a partir dessa trajetória histórica de luta que se insere o VI Encontro Nacional de Prostitutas, sediado na cidade de São Luís do Maranhão, entre os dias 20 e 23 de setembro de 2017. Organizado pela Associação de Trabalhadoras Sexuais e suas diversas redes de apoio, teve um debate político estruturado em diversas discussões. O segundo dia do evento, em especial, foi inaugurado por uma mesa de relevância intitulada ‘Ativismo, incidências e auto-organização: Memórias Regionais de 30 anos de Luta’ (Guerra, 2019, p. 42). Esta mesa reuniu líderes de diferentes gerações e regiões do movimento brasileiro de prostitutas, com o objetivo de articular a memória da luta e definir a agenda política futura. Foi nesse espaço de celebração e articulação que figuras vitais desempenham papéis de liderança, consolidando a narrativa histórica do movimento.

No Brasil contemporâneo, a luta por direitos das profissionais do sexo tem encontrado voz em diversas iniciativas sociais, como o Grupo de Estudos e Mulheres Prostitutas da Amazônia, que surge como um exemplo forte de agência e busca por dignidade para as trabalhadoras sexuais. Lourdes Barreto, importante ativista do movimento pela profissionalização do trabalho das prostitutas, com mais de quarenta anos de atuação em

Belém do Pará, coordenadora geral do GEMPAC²³, é uma voz central na narrativa do início do movimento até os dias de hoje. Realizou a abertura da mesa sobre ativismo, incidências e auto-organização com a narrativa histórica do movimento, mencionando as “mulheres aguerridas” que marcaram o início dos debates sobre a organização das prostitutas. Ao seu lado, destaca-se Gabriela Leite, também fundadora da RBP e figura de extrema relevância histórica na luta pelos direitos das prostitutas, radialista e articuladora de importantes manifestações, como a de 1979 em São Paulo, que denunciou a violência policial contra as prostitutas da região da Boca do Lixo e do Luxo, no centro da capital.

A dificuldade de classificar o trabalho sexual como uma atividade legítima não é apenas uma questão legal ou burocrática, mas uma barreira cultura, simbólica e moral.

Os primeiros movimentos sociais em prol das prostitutas foram desenvolvidos, em grande medida, pela atuação de pastorais da igreja católica, que ofereciam espaços de debate em diversos seguimentos a favor dos direitos humanos. Inicialmente, a “Pastoral da Mulher Marginalizada” desempenhou um papel extremamente relevante na formação dessas ativistas, embora esse movimento pastoral direcionasse suas discussões para uma perspectiva abolicionista, concebendo a prostituição como “uma forma de exploração das mulheres na sociedade capitalista, sem considerar sua agência” orientando-se para o “resgate” dessas pessoas. (SKAUSKASKAS, 2014 apud GUERRA, 2019, p. 42).

Essas ações iniciais demonstram que a busca por reconhecimento das profissionais do sexo no Brasil transcende questões meramente econômicas ou morais, e enraíza-se na reivindicação por direitos sociais básicos a anos. Um marco inicial de relevância para a tomada de consciência coletiva foi a manifestação de 1979 em São Paulo, articulada por Gabriela Leite, entre outras lideranças, e convocada com o objetivo central de denunciar a violência policial contra as prostitutas. O protesto concentrou-se na região da Boca do Lixo e do Luxo, e ocorreu ainda sob o contexto de repressão e regime ditatorial. Embora não tenha resultado em uma organização duradoura e imediata, essa ação inicial foi crucial, pois rompeu o silêncio e confrontou publicamente o aparato estatal que as oprimia, estabelecendo um precedente para a luta por dignidade.

Apesar da manifestação de 1979 em São Paulo, que confrontou a violência policial no contexto do regime ditatorial, o período subsequente vira acontecer a desmobilização das

² GEMPAC — Grupo de Estudos e Mulheres Prostitutas da Amazônia, organização fundada em Belém na década de 1990, voltada à defesa dos direitos e à promoção da cidadania de mulheres trabalhadoras do sexo.

³ Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) — rede nacional fundada em 1987, que articula associações locais de mulheres trabalhadoras do sexo, defendendo a regulamentação profissional, a autonomia das prostitutas, o acesso à saúde, a cidadania e o combate ao estigma, ao preconceito e à violência.

prostitutas. Gabriela Leite (2009), conforme relatado por Guerra (2019), questionava a falta de organização da categoria e passou a debater sobre as questões de organização com outras prostitutas. Durante a década de 80, os conflitos vivenciados na região frisaram a urgência de organização para combater a violência.

Tais ações repercutiram significativamente na cidade do Rio de Janeiro, resultando no convite da vereadora Benedita da Silva para o “I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia”. Nesse evento, Gabriela e outras prostitutas de Vila Mimosa participaram ativamente das discussões, sendo convidadas a se manifestar. Em um ato de autoafirmação e reivindicação de identidade, Gabriela declarou: “Meu nome é Gabriela, eu sou prostituta da Vila Mimosa. Aqui do lado” (LEITE, 2009 apud GUERRA, 2019, p. 43).

Aí foi um rebu. A prostituta falou. Parece incrível, mas o tabu perdurava mesmo ali, entre mulheres conscientes: prostituta não fala. Falei. Seguindo o modelo das outras mulheres, expliquei como eram as condições das mulheres da Vila, nossas dificuldades, os problemas que costumávamos enfrentar (Leite, 2009 apud Guerra, 2019, p. 43).

Esse momento foi acompanhado pela demanda de que fosse escolhida uma representante entre as mulheres da Vila Mimosa, sob a forte proclamação de “prostituta também é mulher!” (GUERRA, 2019, p.43).

Esses eventos ressaltam a necessidade de um olhar contínuo na busca por visibilidade, reconhecimento e superação de estigmas em favor das(os) profissionais do sexo, uma vez garantido os seus direitos inalienáveis.

2.2 Mercados do sexo

A evidente complexidade das relações sociais e econômicas culminou em profundas análises sobre as dinâmicas de trocas que envolvem a sexualidade e a intimidade. Nesse sentido, a antropóloga Adriana Piscitelli (2016) contribui ao introduzir o conceito de “mercados do sexo”, que amplia a compreensão para além da noção restrita de prostituição, buscando reforçar uma concepção que o sexo também pode ser objeto de trocas econômicas. Conforme a autora, no Brasil, essa noção de mercados do sexo se disseminou a partir de sua inserção no jogo de oferta e demanda de sexo e a redução do vasto leque de intercâmbios econômicos e sexuais à prostituição (PISCITELLI, 2016). Ou seja, a ideia de mercados do sexo está associada, quase que exclusivamente, à prática da prostituição.

No Brasil, a prostituição é oficialmente reconhecida como ocupação pelo Ministério do Trabalho e Emprego⁴, presente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵ desde 22 de outubro de 2002, com o código 5198-05, sob o título de “Profissional do Sexo”. Essa classificação, apesar de não garantir direitos trabalhistas específicos, sinaliza o reconhecimento estatal do trabalho sexual como atividade laboral. No entanto, essa formalidade contrasta com a complexidade da autodefinição e da percepção dos indivíduos, ponto central na análise de Piscitelli (2016).

A formalização da atividade na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) resulta em um paradoxo na vida dessas trabalhadoras: embora o Estado reconheça o trabalho sexual como uma ocupação legítima, essa classificação não concede o status de emprego regular, deixando as profissionais desprotegidas de direitos básicos como aposentadoria, seguro-desemprego ou licença-saúde. Essa ambiguidade se torna um reflexo da hipocrisia social já apontada por Simmel (1995), na qual a sociedade, para sua própria conveniência (a regulação do sexo), 'acolhe' a atividade burocraticamente, mas a mantém social e legalmente marginalizada para preservar a moralidade.

A reivindicação pela conversão do reconhecimento ocupacional em reconhecimento laboral completo torna-se a essência da luta política do movimento. Além das implicações diretas para a vida laboral, a plena legalização do trabalho sexual com carteira assinada impõe um desafio simbólico radical à sociedade. Forçar o reconhecimento legal exige dismantelar a fronteira moral entre o afeto e o dinheiro, obrigando a sociedade a legitimar o que historicamente foi construído como desvio e a redefinir o que é moralmente aceitável como trabalho. É essa dissociação entre o oficial e o efetivo que Piscitelli (2016), em diversas perspectivas, tenta desvendar, reforça a tese de que os limites simbólicos do que é considerado trabalho legítimo são profundamente fluidos. Neste sentido, avalio que essa perspectiva se encaixa especialmente no ambiente das plataformas digitais, onde as dinâmicas de venda e exposição se distanciam da concepção tradicional de prostituição.

Ademais, a primeira problematização apontada pela autora se encontra na percepção da existência de uma diversidade de trabalho sexual no país, em que a prostituição é

⁴O Ministério do Trabalho e Emprego é o órgão administrativo do Governo Federal, que tem por finalidade regulamentar e fiscalizar tudo que se referem às relações trabalhistas, editando Normas Regulamentadoras (NRs), Instruções Normativas (INs), portarias, resoluções, entre outras espécies normativas.

⁵ O CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) é um sistema de classificação de ocupações utilizado no Brasil para identificar, definir e classificar as ocupações ou empregos existentes no mercado de trabalho. É utilizado como referência para a avaliação de cargos e salários, além de ser uma ferramenta para planejamento de políticas públicas de emprego e renda.

frequentemente associada a uma ideia mais artesanal de trabalho do que industrial, ou seja, a visão social sobre o trabalho sexual ainda segue a lógica de um trabalho essencialmente presencial e operado em espaços físicos, e dificilmente é visto como uma indústria funcional que gera emprego e renda pessoal. O segundo questionamento está ligado ao fato de que a oferta e a demanda de sexo e sensualidade muitas vezes se vinculam a intercâmbios sociais e econômicos que as pessoas envolvidas não consideram prostituição, e que fazem parte da sociabilidade de diversos setores sociais em diversas partes do país.

A noção de “mercados do sexo” formulada através de perspectivas feministas em Piscitelli (2016), com base no conceito amplo de mercado desenvolvido por Bourdieu, não se restringe apenas à economia de mercado, mas o vasto terreno dos intercâmbios materiais e simbólicos que organizam a sociedade. As contribuições de Piscitelli (2016, p. 4) corroboram para a análise de que os mercados do sexo envolvem não somente intercâmbios caracterizados como comércio, mas também outras trocas que não são assim concebidas e que podem ser pensadas como dádivas.

Essa formulação alinha-se a análise do trabalho sexual juntamente com outras modalidades de trocas semelhantes a prostituição. Esses intercâmbios (Piscitelli, 2016, p. 4), nos quais o sexo é trocado por diferentes bens, como presentes, roupas, celulares, viagens, pagamentos de aluguel, contas médicas, e até mesmo visitas ao cabeleireiro ou compras de alimentos, são fundamentais para o entendimento do fenômeno investigado neste trabalho.

A noção de mercados do sexo foi desenvolvida levando em conta as distribuições desiguais de poder que permeiam essas trocas e sua expressão na articulação entre gênero e outras categorias de diferenciação, como raça, classe, idade e nacionalidade (Piscitelli, 2005). Essa abordagem considera tanto as subalternizações e o estigma que marcam a participação nesses intercâmbios, quanto as dimensões de agência que se abrem a partir dessas trocas (BLANCHETTE; SILVA, 2010; CANTALICE, 2016, apud PISCITELLI, 2016).

Tais complexidades levam a questionamentos sobre a oposição entre mercados do sexo e outras instituições, como o casamento. Curiosamente, com base nos estudos de Desroisières (1978, apud Piscitelli, 2016, p. 47), o casamento e os mercados sexuais não são opostos, pois ambos envolvem trocas sociais, econômicas e interpessoais. Essa perspectiva é essencial para a análise proposta neste trabalho, pois ela fornece a base teórica para investigar como o trabalho sexual mediado por plataformas digitais, assim como as relações sociais de modo mais amplo mediadas por plataformas digitais, ultrapassa as fronteiras entre o que tradicionalmente se entende por intimidade, trabalho e, inclusive, relacionamentos interpessoais, desafiando a ideia de que esses campos são mutualmente exclusivos.

Aprofundando essa perspectiva, Nicole Constable (2009 apud Piscitelli, 2016), aponta que a mercantilização da intimidade não deve ser o ponto final de uma análise, mas o seu ponto de partida. Para Constable, a forma de resolver essa questão é explorar como a mercantilização é compreendida pelas pessoas envolvidas no ramo. Assim, é precisamente nessa lacuna que o presente trabalho se insere, buscando compreender como as dinâmicas de afeto, intimidade e percepção reconfiguram-se no trabalho sexual mediado pelas plataformas digitais.

2.3 O trabalho sexual masculino

Apesar das análises sobre o trabalho sexual e dos movimentos sociais terem seu foco primário no protagonismo feminino, a perspectiva de Mercados do Sexo de Piscitelli (2016) resulta na ampliação da discussão para além do gênero binário. A própria autora ressalta que essa abordagem se desenvolve sob perspectiva feminista, considerando explicitamente as distribuições desiguais de poder e sua expressão na articulação entre gênero, raça, classe e outras categorias de diferenciação (Piscitelli, 2016, p. 5). Essa visão é essencial pois o estigma não opera da mesma forma em corpos femininos e masculinos. Enquanto a mulher é historicamente alvo do controle moral da virtude (Simmel, 1995, p. 9), o homem que se insere no mercado do sexo lida com a quebra da masculinidade normativa e estigmas ligados à sexualidade, assim como as mulheres.

Nesse sentido, Simmel refere-se à masculinidade normativa como o conjunto de ações relacionadas ao comportamento masculino que é socialmente aceitável. Essa perspectiva também pode ser compreendida nos argumentos de Machado (2016, p. 51), onde ela aponta, a partir da perspectiva de Lehnem (2015), que a virilidade masculina, associada a ideia de masculinidade, era vista com base na força física, bom desempenho sexual e autocontrole, naturalizada tradicionalmente pela sociedade como modelo mais adequado da representação masculina.

Seguindo esse raciocínio, os apontamentos de Machado levantam questionamentos interessantes sobre a forma em que o mundo, dominado pelo patriarcado, vivencia e replica ideologias masculinas em todas as esferas da sociedade, que por sua vez, influenciou o surgimento de movimentos sociais em busca de liberdade em relação ao sistema masculino, como a frente feminista, que historicamente luta por visibilidade e direitos em um mundo desigual e dominado pelas masculinidades. Desse modo, vale salientar que viver em um sistema dominado pelo patriarcado e a lógica masculina não afeta apenas o universo feminino, mas também os diversos outros universos que tentem se opor às suas normas

gerais. Ademais, suponho que essa dificuldade em relacionar o homem num universo estigmaticamente relacionado ao mundo feminino se dê em decorrência da dificuldade da sociedade em reconhecer as individualidades humanas dentro dos universos.

Ribeiro e Passamani (2024, p. 3) afirmam que grande volume das pesquisas sobre trabalho sexual masculino tem buscado compreender esse fenômeno. No entanto, as pesquisas referentes a categoria são concentradas nos principais centros urbanos do Brasil, e sofreram poucos avanços nos últimos vinte anos. O argumento dos autores ajuda a compreender como essa invisibilização do trabalho sexual masculino se manifesta na sociedade; é como uma sombra que se vê e não se sente. Eles evidenciam que as normas de masculinidade são uma das diversas raízes sociais que impedem a associação do universo masculino ao trabalho sexual.

Neste contexto, o trabalho sexual masculino, frequentemente marginalizado e associado ao homoerotismo, confronta a quebra da masculinidade normativa. Viana (2004 apud RIBEIRO; PASSAMANI, 2024, p. 3) destaca que, embora a produção acadêmica sobre o trabalho sexual masculino tenha crescido, o homem foi por muito tempo afastado dessa visão, o que indica a invisibilidade masculina associada ao universo da prostituição. Nesse sentido, é interessante refletir sobre como os estigmas associados ao trabalho sexual se manifestam em todos os gêneros, demonstrando que o preconceito se apresenta de maneiras distintas, mas persiste em muitas esferas.

Paradoxalmente, a chegada das plataformas digitais acentua essa complexidade de gênero, uma vez observada as disparidades entre eles no que se refere ao trabalho sexual mediado por plataformas digitais de conteúdo adulto. Segundo Ribeiro e Passamani (2024), as pesquisas sobre o trabalho sexual masculino mediado por ambientes online são necessárias para compreender as dinâmicas de visibilidade e de construção de relações nos mercados de sexo.

Essa diferença na raiz do estigma possui reflexos diretos no campo de investigação, influenciando a coleta de dados e servindo como escopo para pensar a sociedade e suas desigualdades. Dessa forma, incluir a análise do trabalho sexual masculino e de outras identidades de gênero torna-se necessário para o entendimento das múltiplas formas de negociação de intimidade que desafiam a concepção tradicional da prostituição.

A discussão sobre diversidade de gênero no mercado sexual, aliada à agência e às estratégias de invisibilidade observadas (Ribeiro; Passamani, 2024), resulta na necessidade de analisar o contexto em que essas trocas se materializam na contemporaneidade. O ambiente digital não é apenas um novo canal de contato, mas uma estrutura econômica que redefine o

próprio conceito de trabalho e intimidade. A monetização do corpo e da sexualidade, que antes se dava em espaços físicos e marginais, migra para plataformas que operam sob uma lógica de extração de dados e mediação algorítmica. É neste ponto que a revisão teórica se volta para o Capitalismo de Plataforma, a fim de compreender as fundações econômicas e tecnológicas que hoje regem as novas formas de trabalho sexual mediado.

CAPÍTULO 3

Capitalismo de plataforma e reconfiguração do trabalho sexual

A transição das trocas sexuais e íntimas para o ambiente digital exige que a análise sociológica se debruce sob a fundação econômica que sustenta esse novo ambiente, o qual se insere na lógica do capitalismo de plataforma. Para compreender o funcionamento dessas plataformas (*OnlyFans*, *Privacy*), é necessário primeiro entender as dinâmicas básicas do capitalismo contemporâneo.

O capitalismo é excepcionalmente bem-sucedido em elevar os níveis de produtividade, e que essa dinâmica não é psicológica, mas sim um resultado de mudanças nas relações sociais, em particular, nas relações de propriedade; quem argumenta assim é Srnicek (2017). O autor aponta que, em sociedades pré-capitalistas, os produtores tinham acesso direto aos seus meios de subsistência, e a sobrevivência não dependia sistematicamente da eficiência da produção. No entanto, no capitalismo, essa lógica é invertida. Os agentes econômicos são separados dos meios de subsistência e forçados a vender sua força de trabalho para garantir o sustento (SRNICEK, 2017, p. 16).

Segundo Tom Slee (2017), o surgimento das plataformas digitais foi envolto por uma narrativa de "economia do compartilhamento", prometendo novas formas de cooperação, anônimas e massificadas, que levariam a uma transição da necessidade para a liberdade econômica. Contudo, essa narrativa rapidamente se mostrou insuficiente para descrever a mais importante transformação do capitalismo do século XXI: a emergência da captação de dados. Slee (2017, p. 10) destaca que o custo para coletar, armazenar e analisar dados se tornou drasticamente baixo, o que permitiu que o foco das empresas deslocasse para outra dimensão que é se concentrar na capacidade de conectar consumidores e varejistas a custo quase zero, otimizando imediatamente as transações e o valor agregado.

Slee (2017, p. 10) argumenta que essa nova lógica de mercado está baseada na rede e no efeito "o vencedor leva tudo". Plataformas como Google e Netflix, e por analogia *OnlyFans* e *Privacy*, demonstram que seu poder aumenta na medida em que conseguem emplacar a maior parte da sua rede. Quanto mais gente comprar e vender por meio da mesma plataforma, maior será a dificuldade para a concorrência surgir. Essa lógica monopolista permite que plataformas se tornem as mais valiosas do mundo, sem a necessidade de deter patrimônio físico, como estoques ou frotas de caminhões, contrastando com o modelo tradicional de gigantes como o Walmart. Essa descrição é crucial para entender como

OnlyFans e *Privacy* conseguem capitalizar a intimidade e a performance sem possuírem os corpos ou os conteúdos em si, mas apenas a infraestrutura de mediação extrativa⁶.

Nesse sentido, as plataformas *OnlyFans* e *Privacy* encaixam-se perfeitamente nesta lógica. Elas não vendem apenas conteúdo, mas sim extraem a intimidade, a performance e a relação para refinar seu modelo de negócios e sua infraestrutura algorítmica. O passo para as comunicações digitais tornou o registro dos dados "excessivamente simples" e "mais barato", abrindo "enormes extensões novas de dados potenciais" (SRNICEK, 2017, p. 43).

Essa extração de dados da atividade dos criadores de conteúdo é utilizada para otimizar os processos de produção e levar a um conhecimento interno das preferências dos consumidores (SRNICEK, 2017, p. 43). Ou seja, a plataforma exige que o criador se torne um microempreendedor de si mesmo, forçado ao autogerenciamento e a uma gestão contínua da performance e do marketing para manter o engajamento - o dado - que é a essência do negócio. A mediação tecnológica, ao transferir os riscos e custos ao criador, descaracteriza o trabalho em sua forma tradicional.

As plataformas se definem por Srnicek como um novo tipo de modelo de negócios que opera como intermediária digital, cuja base encontra-se na extração. O autor é enfático ao assinalar que os dados são a matéria-prima que deve ser extraída, e as atividades dos usuários são a fonte natural dessa matéria-prima (SRNICEK, 2017, p. 40). Isso implica uma infraestrutura dedicada à detecção, gravação e análise, o que exige energia e trabalho para organizar os dados (SRNICEK, 2017, p. 40).

Essa dinâmica cria uma nova camada de tensão no debate entre dinheiro e afeto (SIMMEL, 1995; ZELIZER, 2011). O corpo e a sexualidade são submetidos a uma lógica algorítmica que recompensa a visibilidade e o engajamento constante, fazendo da negociação da intimidade uma atividade de alto esforço, mas invisível. Supõe-se que a prostituição, antes localizada e marginal, transforma-se em um trabalho de vigilância e compromisso frequente, onde o estigma persiste, mas a exploração assume uma nova roupagem, digital e fragmentada.

Desta forma, o trabalho sexual mediado por plataformas se apresenta como o ponto de convergência de todos os eixos teóricos deste estudo: é o campo onde a luta pelo

⁶ Mediação extrativa é um termo da teoria do capitalismo de plataforma que descreve o modelo de negócios pelo qual as plataformas digitais atuam como intermediárias, extraindo desproporcionalmente o valor e os dados gerados pelo trabalho dos usuários (criadores de conteúdo), enquanto a plataforma concentra o capital e o poder de controle.

reconhecimento apontados por (GUERRA, 2019), a quebra da moralidade em (SIMMEL, 1995), os mercados sexuais em (PISCITELLI, 2016) e a precarização do trabalho de (SRNICEK) manifestam-se de forma aguda, justificando a análise empírica do uso do corpo e a autodefinição profissional de seus criadores.

3.1 Privacy e *onlyfans*: a infraestrutura da intimidade

Após delinear o quadro teórico do Capitalismo de Plataforma (SRNICEK, 2017; SLEE, 2017), torna-se indispensável indagar sobre as plataformas *OnlyFans* e Privacy. Embora o trabalho sexual digital não se limite a elas, estas representam o modelo dominante de negócio por assinatura, onde o faturamento global é expressivo. Segundo TEIXEIRA, et al. (2023), o *OnlyFans* alcançou 150 milhões de usuários e mais de 5 milhões de criadores de conteúdo. Já a Privacy, que é uma empresa voltada para o público da América Latina, obtém mais de 220 mil influenciadores cadastrados e 25 milhões de usuários mensais, segundo dados da plataforma⁷.

A lógica da monetização direta é o conceito central: o criador define um valor para a assinatura mensal para acesso a material exclusivo. No caso do *OnlyFans* – plataforma que será analisada após a Privacy, além da assinatura básica, a receita extra é obtida com a venda de conteúdo avulso como fotos, vídeos ou mensagens de texto de conteúdo livre e/ou explícito (TEIXEIRA, et al., p.1), o que fortalece o vínculo com os fãs e aumenta o potencial de ganhos.

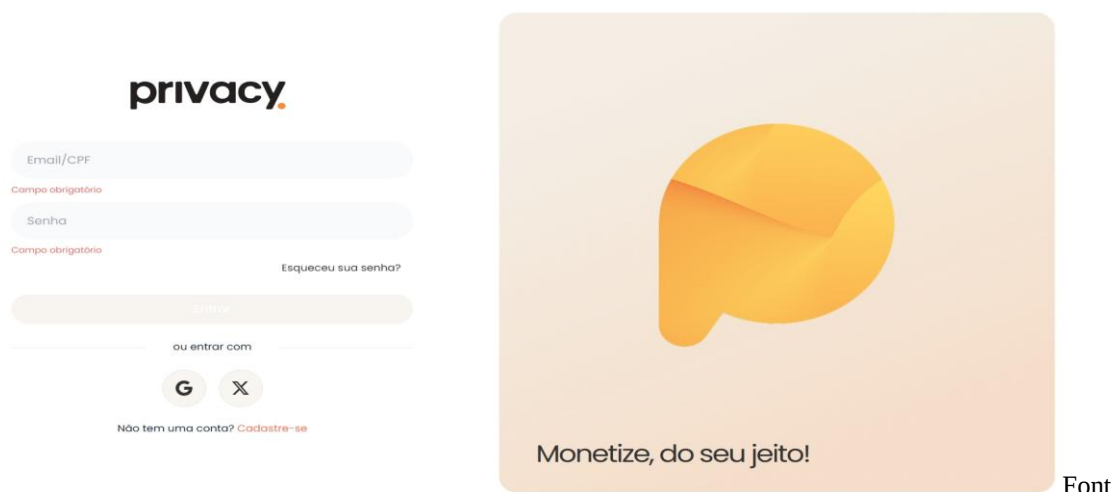
O mesmo raciocínio aplica-se ao Privacy – plataforma que será analisada subsequentemente, uma vez que ela possibilita a flexibilização da criatividade⁸ por parte do criador de conteúdo em relação ao seu trabalho para maximizar seus ganhos pessoais - que não se limita apenas a venda de conteúdos como fotos e vídeos (PRIVACY, s.d).

A plataforma Privacy será analisada com maior profundidade a seguir, conforme a imagem 1.

⁷ Privacy | Sobre

⁸ Privacy | Centro de Segurança e Transparência

Imagem 1 - página de entrada/login do Privacy



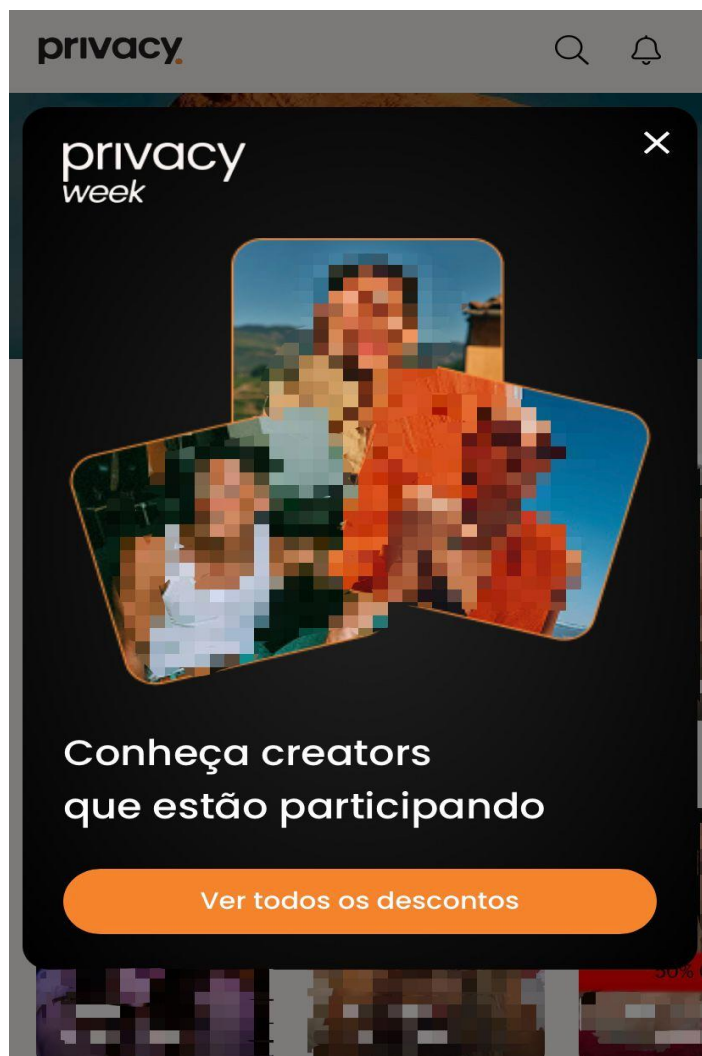
e: PRIVACY, s/d.

Ao tentar acessar a Privacy, o usuário precisa vincular-se à uma conta ou criar uma nova conta de acesso. As opções mais frequentes de vínculo incluem CPF, contas do Google e do X – antigo Twitter – imagem 1. É possível observar que a plataforma Privacy detém uma interface interativa e de fácil acesso, sem excesso de informações visuais como propagandas pop-ups⁹ de outras empresas ou serviços, evidenciando um ar de exclusividade e foco aos conteúdos da plataforma.

Também é possível supor que o slogan “monetize, do seu jeito” seja uma estratégia de marketing para familiarizar o/a possível criador(a) que pense em seguir no ramo de venda de conteúdo sob promessa de obter lucros de forma subjetiva, flexível e autêntica. Na imagem 2, é possível observar a interface do Privacy com maior detalhe.

⁹ Os pop-ups são janelas que surgem de repente enquanto uma pessoa está navegando em um site. Na prática, elas fazem parte das estratégias de marketing digital e visam impulsionar vendas e fazer com que os visitantes interajam com o site.

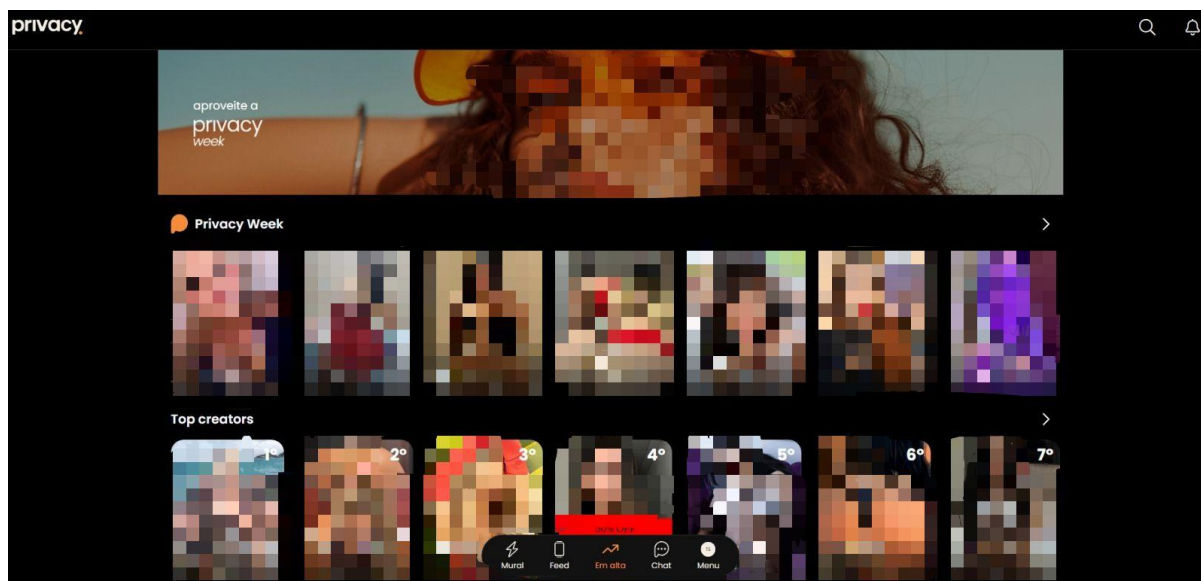
Imagem 2 - página inicial do Privacy



Fonte: PRIVACY, s/d.

Ao acessar a página inicial, o usuário depara-se com ofertas, descontos e planos específicos, o que supõe o quão a plataforma se dedica ao marketing interno com o objetivo de maximizar a interação entre criadores de conteúdo e consumidores para aumentar as chances de possíveis contratos de serviços. É possível observar essa dinâmica de intermediação de serviços na imagem 3.

Imagem 3 - página inicial do Privacy

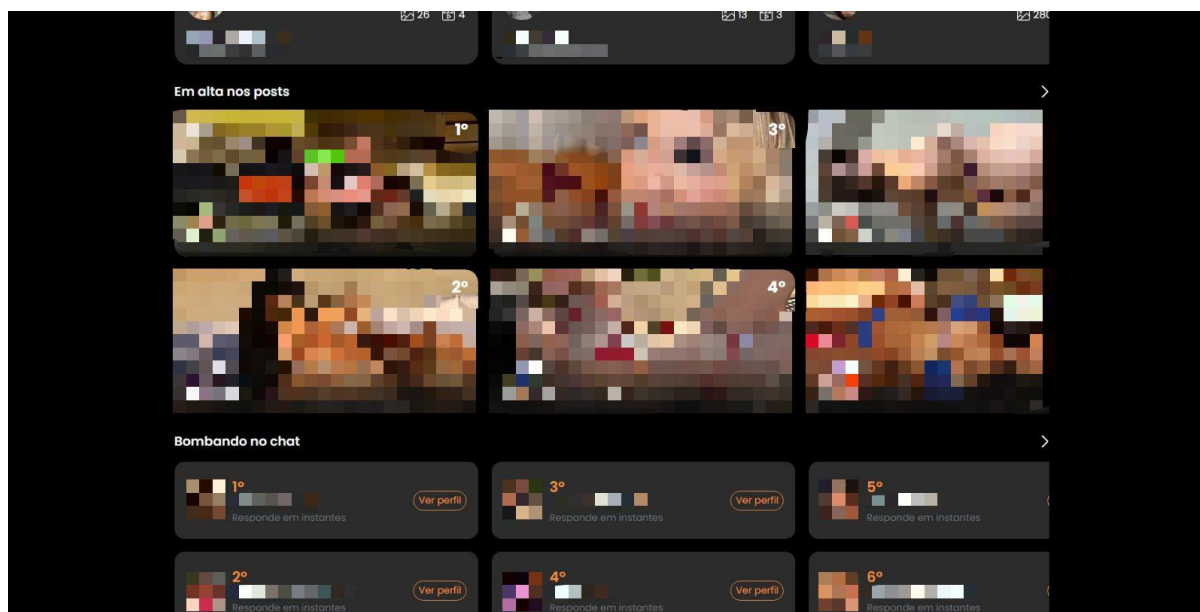


Fonte: PRIVACY, s/d.

Além dos esforços em marketing, a plataforma Privacy possui mecanismos estratégicos para levar o conteúdo dos criadores aos consumidores. É possível observar que a plataforma adota um sistema de categorização e exclusivismo entre os conteúdos que são mais consumidos ou mais acessados (imagem 3).

Essas diferenciações de conteúdo se inserem na forma em que os criadores são expostos na aba “em alta”; através de classificações categóricas específicas como o “privacy week”, ou “top criators” - este último sendo o conteúdo ou os criadores de conteúdo mais procurados pelos consumidores (imagem 3). Entre outras categorias que podem ser observadas na imagem 4.

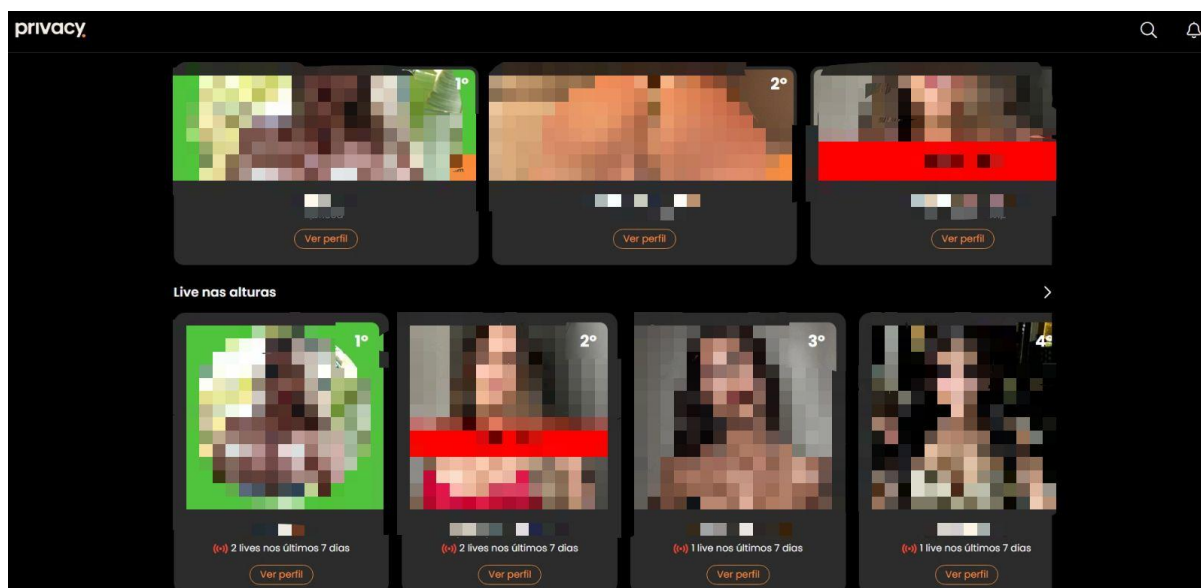
Imagem 4 - página inicial/categorias



Fonte: Privacy, s/d.

As categorias de classificação de conteúdo que são ofertados na plataforma envolvem conteúdos exclusivos em aspectos como: contas de criadores com postagens mais frequentes; criadores com histórico de resposta rápida ao usuário; descontos promocionais de conteúdo e categorias de serviços ao vivo (live) que podem ser visualizados na imagem 5.

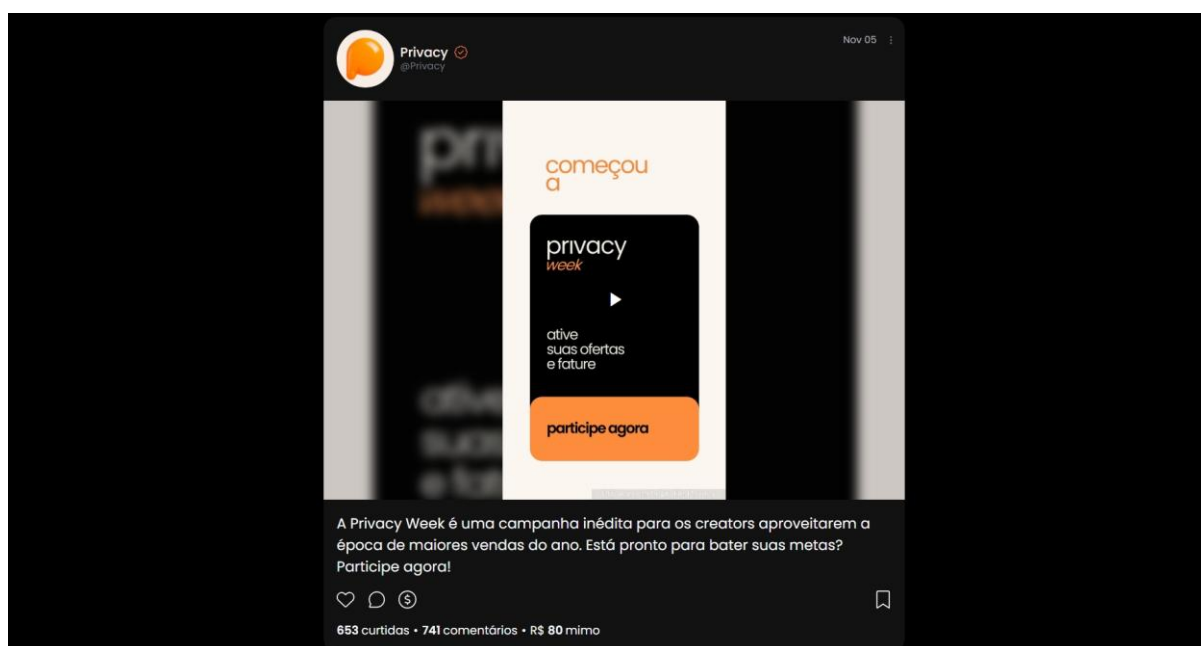
Imagem 5 - página inicial/categorias



Fonte: PRIVACY, S/d.

A plataforma também oferece um espaço de interação entre criador e consumidor de conteúdo através da aba “feed”, similar ao feed da rede social Instagram, da empresa META, e com funcionalidade quase idêntica, o que leva a supor que aderir a uma estética familiar seja a melhor maneira de familiarizar-se com a plataforma e encorajar/facilitar o consumo de conteúdo. Essas características e similaridades podem ser observadas na imagem 6.

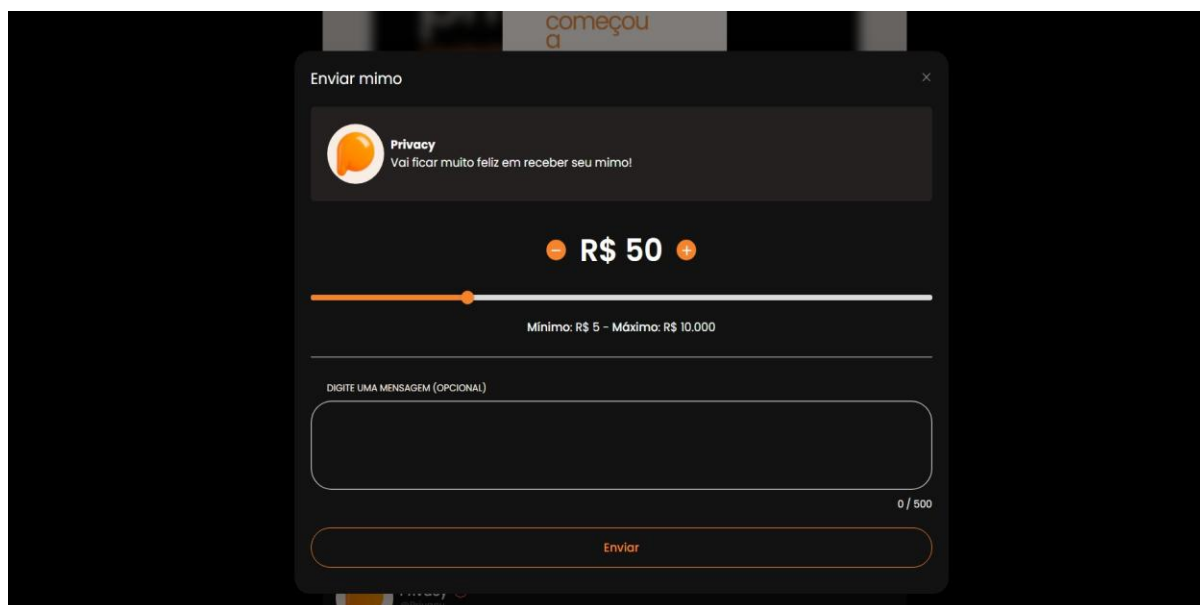
Imagem 6 –
Feed/Privacy



Fonte: PRIVACY, s/d.

No que se refere ao feed, nota-se uma opção singular que caracteriza-se pelo símbolo do dólar americano (\$), todavia, essa opção refere-se à ação de enviar dinheiro em reais para a plataforma como um mecanismo de ajuda aos desenvolvedores, que pode ser mais bem analisada na imagem 7.

Imagem 7 – aba de suporte aos desenvolvedores



Fonte:

PRIVACY,

s/d.

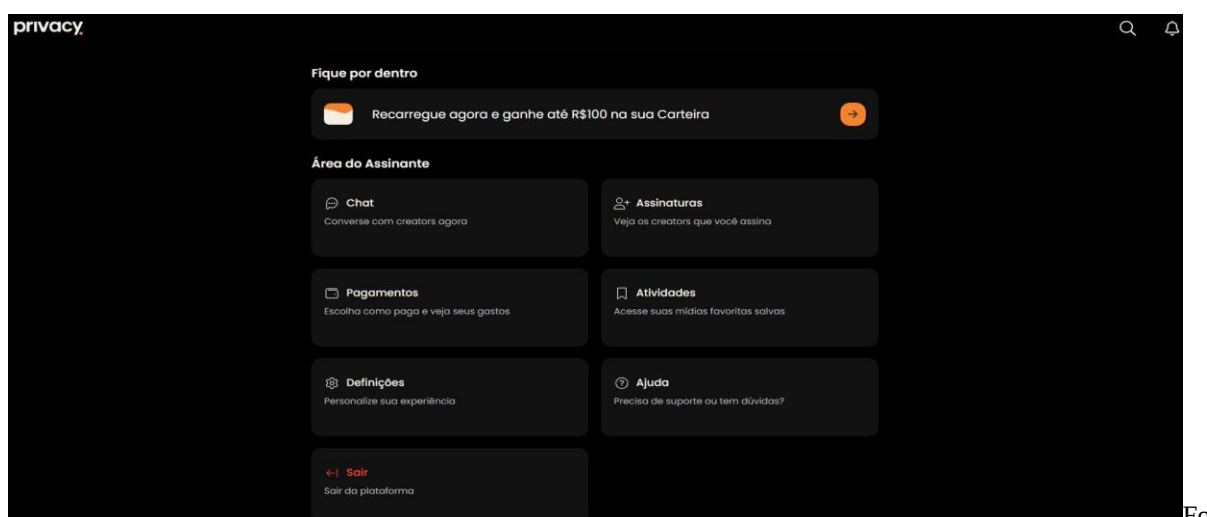
É interessante analisar a narrativa da plataforma que reina sob uma lógica muito mais pessoal e íntima do que corporativa, no sentido de que a plataforma se esforça bastante para manter a proximidade afetiva com os seus usuários, sejam criadores de conteúdo ou consumidores.

Essa proximidade pode trazer ganhos expressivos através de “mimos” - imagem 7, que aqui pode ser interpretado como uma forma de suavizar narrativas que não se encaixam no contexto da intimidade exclusiva adotada pela plataforma. Tal opção leva a supor que os

criadores de conteúdo do Privacy também podem utilizar essa ferramenta para obter receita extra em suas publicações.

No que se refere à conta do usuário, a Privacy oferece uma seção que pode ser acessada pela plataforma e pelo usuário detentor das opções de provedor de pagamento e pagamento – Imagem 8. Ou seja, para o criador, é onde ele/ela configura como receberá sua receita. Para o assinante, é onde ele/ela gerencia os métodos de pagamento para a visualização/consumo do conteúdo. A plataforma também oferece opções para recorrer a supostas fraudes na interação entre o criador de conteúdo e usuário, através da função “ajuda” que oferece suporte e estorno de transações com possíveis suspensões de contas se for constatada a violação de seus termos.

Imagem 8 - área do assinante/agente



nte: PRIVACY, s/d.

Segundo os termos de uso da Privacy¹⁰, e observando a sequência de informações na imagem 8, compreendemos a funcionalidade do site. Em seus termos, a plataforma conceitua o assinante como “um usuário que segue um criador e visualiza o conteúdo do criador mediante pagamento” (PRIVACY, s/d). Dito de outra forma, é quem assina o conteúdo do criador ou agente – que é o responsável pela publicação do conteúdo, focando na renda e comercialização de conteúdos exclusivos.

¹⁰ Termos de uso da Privacy – Privacy

No que se refere à comissão ao criador de conteúdo, também cabe a ele/ela a responsabilidade pela distribuição da receita entre criador(a) e seus coautores. A Privacy evidencia que é cobrada uma taxa ao criador de conteúdo em razão do uso da tecnologia e intermediação ofertada pela plataforma, paga pelos assinantes interessados no conteúdo ou na interação com o criador(a) (PRIVACY, s/d). No entanto, não é evidente em seus termos a porcentagem real da taxa de serviço da plataforma, supõe-se que esses números devem aparecer estritamente nas mediações econômicas entre criador e plataforma.

Entre os termos da plataforma, destaca-se uma natureza transnacional com diversas implicações fiscais de operação. Segundo seus termos, a plataforma Privacy é de propriedade da ORANGE SEA CORP, uma pessoa jurídica de direito privado registrada nas Ilhas Vírgens Britânicas (PRIVACY, s/d). Essa localização pressupõe uma estratégia corporativa em manter sede em um centro afastado dos locais de maior atuação da plataforma, transferindo a responsabilidade tributária diretamente para os criadores de conteúdo.

Essa transferência é confirmada em seus termos, ao mencionar explicitamente o IR (Imposto de renda) e IRPF (Imposto de renda da pessoa física) (PRIVACY, s/d). Com tais definições, a plataforma sinaliza que o criador atua como um profissional autônomo, sendo exclusivamente responsável por declarar e recolher os impostos sobre sua receita. Curiosamente, a plataforma é detentora dos direitos sobre o *Software*¹¹ e a tecnologia, mas não assume vínculo empregatício ou cargos fiscais trabalhistas.

Seus termos indicam a necessidade de autonomia pessoal por parte do criador, uma vez analisada as opções de pagamento, que consiste na “instrução dada por cada criador a um provedor de pagamentos sobre como a comissão será detalhada pelo provedor de pagamento ao criador” (PRIVACY, s. d). Essa passagem demonstra que o criador é responsável pela logística de recebimento de sua receita, devendo configurar e direcionar a forma como a receita, após a dedução da comissão da Privacy, será creditada em sua conta. Portanto, observa-se que a plataforma garante sua remuneração e sua posição legal como intermediadora de tecnologia, enquanto cabe ao criador assumir a carga tributária e a gestão do processo de recebimento.

Segundo a plataforma, é entendido como “conteúdo do usuário” todo e qualquer conteúdo publicado por um criador de conteúdo. Nesta perspectiva, entende-se como criador

¹¹ *Software* é uma sequência de instruções escritas para serem interpretadas por um computador para executar tarefas específicas. Também pode ser definido como os programas, dados e instruções que comandam o funcionamento de um computador, *smartphone*, *tablet* e outros dispositivos eletrônicos.

o usuário(a) que carrega conteúdo na plataforma com a finalidade de obter engajamento e visibilidade entre os usuários.

Ademais, embora a plataforma ressalte a autonomia fiscal do criador de conteúdo, a análise dos direitos de propriedade intelectual demonstra um rigoroso controle por parte da Privacy sobre o ambiente de trabalho. Em seus termos, o conteúdo do usuário é de “propriedade e responsabilidade exclusiva do criador” (PRIVACY, s.d). No entanto, essa autonomia sobre a autoria é quase invalidada a partir do momento em que a plataforma assegura que “todos os direitos não concedidos são expressamente reservados à PRIVACY” em relação a toda a infraestrutura digital, incluindo software, texto, design, logotipos e slogans. Desse modo, é evidente que o criador é proprietário do seu produto, mas não do meio de produção e divulgação.

A plataforma impõe restrições estritas ao uso e qualquer material da sua infraestrutura, vedando ao usuário “distribuir, modificar, criar trabalhos derivados, exibir publicamente, executar publicamente, fazer download, armazenar ou transmitir qualquer material da plataforma (PRIVACY, s/d). Tal regra protege o ambiente digital da Privacy de cópias ou usos indevidos, mas também transfere ao criador a responsabilidade total caso viole seus termos, sob risco de ter o “direito de usar a plataforma terminar imediatamente” (PRIVACY, s.d). Sendo assim, a imagem que é transpassada ao criador/agente é que a plataforma oferece eficiência no que se refere a proteção dos dados do criador. No entanto, apesar disso, é perceptível que o vazamento e comercialização de dados, que deveriam ser confidenciais, ainda são uma realidade no mundo digital.

Adiante, ao se cadastrar, o criador de conteúdo “outorga à Privacy manda com amplos poderes para tutelar seus interesses, indivíduos ou conjuntos, de maneira judicial ou extrajudicial e tomar as medidas que entendam cabíveis, relativas ao conteúdo disponibilizado e proteção de dados” (PRIVACY, s/d).

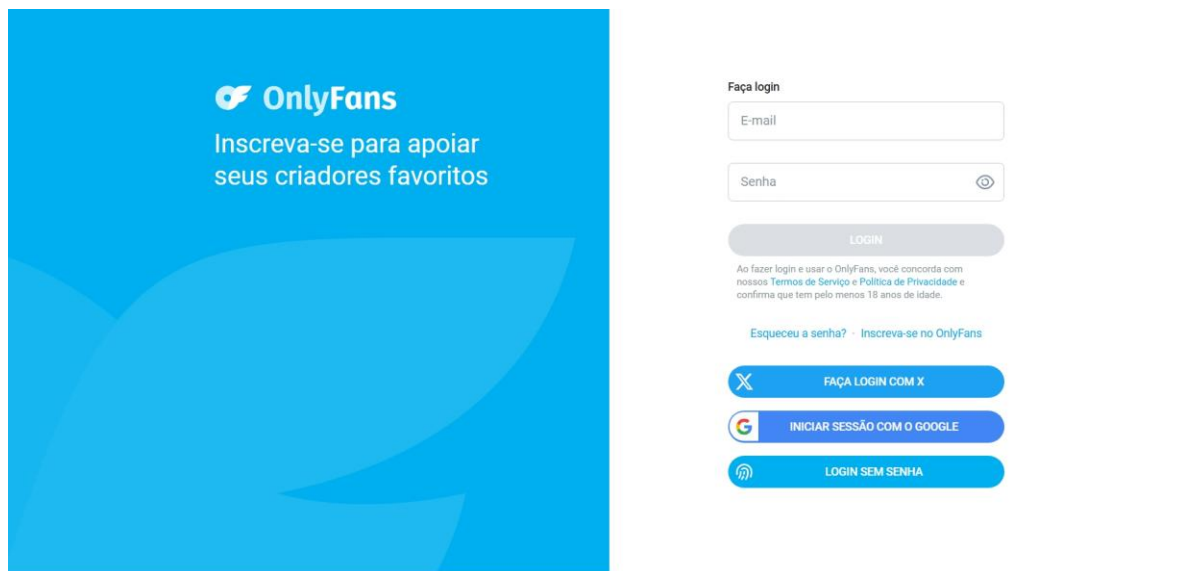
Essa outorga assegura a plataforma uma prerrogativa legal para agir em nome do criador de conteúdo em situações de violação, como um mecanismo de segurança e defesa da empresa ao criador e ao usuário. Ela também consolida o controle da plataforma sobre a forma como o conteúdo é gerenciado e protegido no ambiente digital.

Desse modo, cabe agora analisar as particularidades da plataforma *OnlyFans* e descobrir junto ao leitor(a) as similaridades e diferenciações estruturais entre ambas as plataformas.

No que se refere a plataforma *OnlyFans*, apesar de ser uma plataforma com serviços similares a Privacy, principalmente no que tange à intermediação de relações e serviços

online, sua interface diferencia-se no design e na forma em que a plataforma interage com o usuário - imagem 9.

Imagem 9 - página inicial/*OnlyFans*

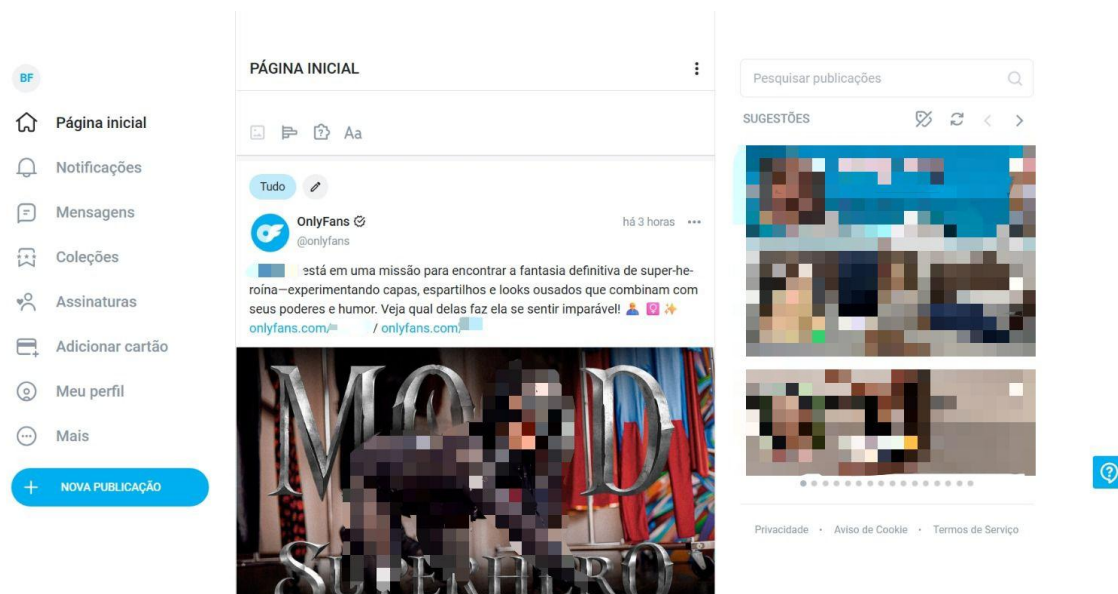


Fonte: *ONLYFANS*, s/d.

Enquanto a plataforma Privacy sugere assinatura ao usuário para o conhecimento de novos “creators” e garantir a interação entre criador e consumidor, o *OnlyFans* sugere a inscrição como mecanismo de apoio aos criadores de conteúdo favoritos do usuário, também analisada como uma forma particular da plataforma dialogar com o consumidor.

As opções de acesso mais comuns ao *OnlyFans* incluem: E-mail, X – antigo Twitter, conta Google e a opção de login sem senha – imagem 9, opção de acesso que funciona mediante verificação prévia do e-mail na plataforma, ou seja, o assinante pode acessar a plataforma com o próprio endereço de e-mail, a plataforma envia o link de autenticação ou código de seis dígitos na caixa de entrada do usuário, e a partir de sua confirmação, seu acesso à plataforma é concedido. Na imagem 10 é possível analisar a página inicial do *OnlyFans*.

Imagem 10 - página inicial/OnlyFans

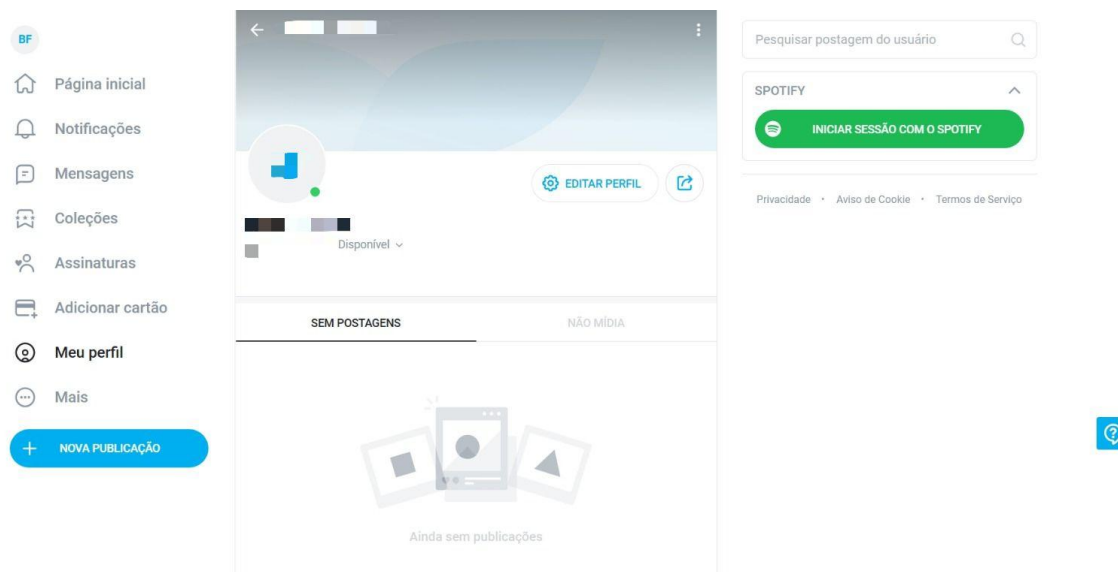


Fonte: ONLYFANS, s/d.

Na imagem acima é possível perceber que a estética da página inicial do *OnlyFans* assemelha-se à rede social Facebook, também da empresa META, uma vez que sua interface é composta por um feed de notícias e diversas opções de interação com o público que vão além das mídias. Dessa maneira, a plataforma garante ao usuário a interação entre criador e consumidor de forma simples.

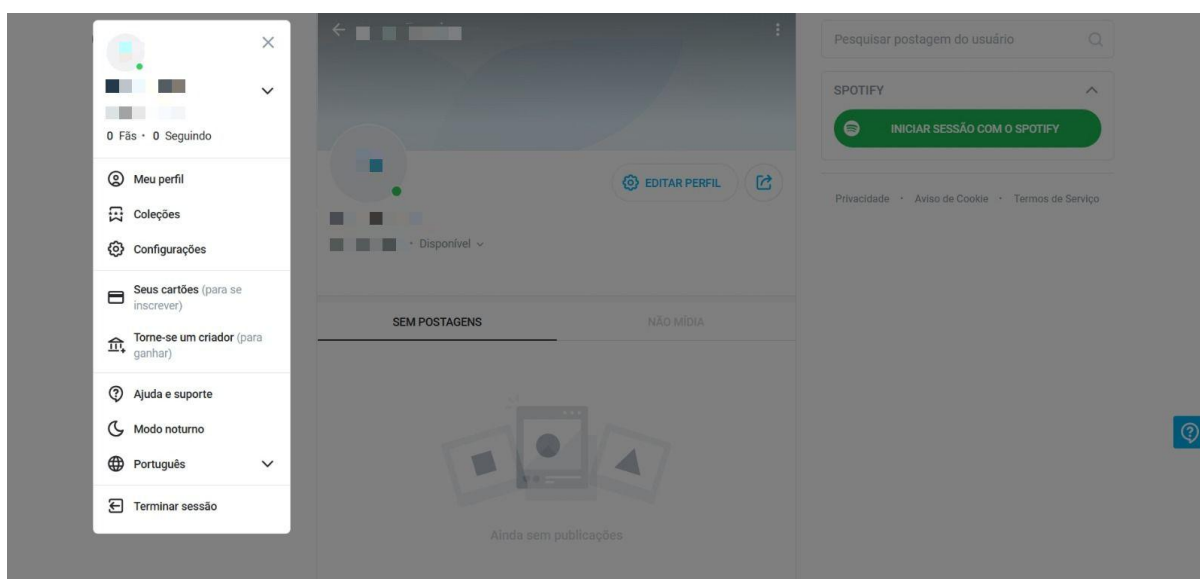
Entre essas ações, no centro superior da interface encontram-se opções de atualizações de status, com quatro símbolos que serão definidos em ordem crescente, da esquerda para a direita: publicar foto; publicar enquete; adicionar questionário; formatar texto.

A lateral direita da interface é composta pela aba de sugestões de perfis de criadores de conteúdo que podem ser do interesse do consumidor(a), já na lateral esquerda é possível observar outras opções de ações que podem ser acessadas pelo usuário, elas são: notificações; mensagens, coleções, assinaturas, opções de pagamento, perfil do usuário e outras definições - estes dois últimos podem ser mais bem visualizados nas imagens 11 e 12.

Imagem 11 – Perfil do usuário/*OnlyFans*

Fonte: *ONLYFANS*, s/d.

A página do perfil do usuário, assim como a página inicial, também se assemelha à interface estrutural da rede social Facebook, com opções de edição e alteração da foto de capa e de perfil, com um feed para a visualização dos conteúdos publicados pelo usuário e a opção singular de iniciar sessão com o app *Spotify*. Ao clicar nas iniciais do nome do usuário, mais especificamente na lateral superior esquerda, as seguintes opções são disponibilizadas – imagem 12.

Imagem 12 – perfil do usuário - ícone das iniciais do usuário/*OnlyFans*

Fonte: *OnlyFans*, s/d.

Na imagem acima é possível observar as opções de ações que o usuário pode selecionar para atender aos seus interesses, como serviços de ajuda e suporte, sistema de configuração da conta e as opções de pagamento, tanto para quem busca se tornar um criador(a) através da monetização de conteúdo próprio, quanto para quem busca apenas consumir algum conteúdo específico, entre outras opções.

Ambas as interfaces, do Privacy e *OnlyFans*, apesar de suas singularidades, buscam simplificar a maneira em que o usuário se relaciona com os seus criadores de conteúdo favoritos, e mais do que isso, através de experiências que aproximam esses atores de seus interesses. Essas experiências, por sua vez, beneficiam o criador, o consumidor e a plataforma em uma escala constante e fortemente conectada.

Agora explorada a interface do *OnlyFans*, vale detalhar a seguir alguns termos legais de suas políticas de uso, necessárias para compreender as limitações e/ou condições impostas pela plataforma sobre todos os usuários.

Nesse sentido, a política de uso do *OnlyFans*¹² atua como um conjunto de condições que determinam que tipo de conteúdo e/ou comportamento é permitido dentro dos limites da plataforma. Segundo seus termos, o usuário concorda automaticamente com as regras impostas pela plataforma no momento em que acessa o serviço. De modo geral, tais termos visam evitar situações que possam gerar danos psicológicos, físicos, violações de privacidade e em casos mais graves, riscos legais (*ONLYFANS*, s/d)

Sendo assim, a plataforma proíbe rigidamente conteúdos que envolvam menores de idade, violência, atividades ilícitas e qualquer atividade que representem risco à integridade das pessoas envolvidas. Além disso, a política do *OnlyFans* reforça que não é permitido publicar conteúdos enganosos, conduzir transações presenciais e atividades comerciais que não estejam previstas no funcionamento interno do site (*ONLYFANS*, s/d).

No que se refere aos detalhes contratuais entre fã e criador de conteúdo¹³, a plataforma estabelece regras que atuam como norteadoras da relação entre quem produz conteúdo e quem paga para acessá-lo na plataforma, funcionando como um acordo padrão, aplicado automaticamente sempre que um fã inicia uma interação paga, em seus diversos aspectos. Embora a empresa que administre o *OnlyFans* processe pagamentos e mantenha o gerenciamento do site, o contrato estabelece claramente que a relação contratual ocorre diretamente entre o criador e o fã, cabendo à empresa apenas executar técnicas financeiras (*ONLYFANS*, s/d).

¹² Acceptable use policy — OnlyFans

¹³ Contrato entre fã e criador — OnlyFans

De modo geral, o acordo determina que o fã só terá acesso ao conteúdo após pagamento, e que esse acesso é uma licença limitada, ou seja, não confere nenhuma propriedade sobre nada do que for visualizado. O criador(a) é o verdadeiro dono de todo o material que publica, e o fã apenas o “aluga” por um período específico. Esse acesso pode terminar automaticamente caso conste falha de pagamento, a assinatura expire, o conteúdo seja removido ou alguma das contas seja encerrada por violação das regras gerais da plataforma.

A plataforma recolhe o valor pago, aplica os impostos de 20% sobre o valor pago ao criador e retém porcentagem fixa como taxa de serviço, repassando 80% do valor pago ao criador. O *OnlyFans* também reconhece que tanto criadores quanto a empresa podem remover conteúdos a qualquer momento, inclusive aqueles pelos quais o fã tenha pago individualmente, e que interrupções de acesso podem ocorrer devido à própria disponibilidade do serviço.

Quanto a cancelamentos e reembolsos, o contrato esclarece que alguns direitos previstos em legislações de consumo podem não se aplicar às interações imediatas, como compras avulsas, mas ainda podem valer para assinaturas ou situações previstas por lei. Em caso de disputa, criadores e fãs seguem, em grande parte, a legislação da Inglaterra e do País de Gales, embora residentes do Reino Unido e da União Europeia possam optar por recorrer aos tribunais de seu país de origem.

Dadas as especificações, todas as características apontadas anteriormente nas duas plataformas nos levam a refletir que o *OnlyFans*, tal como a Privacy, busca constantemente ressaltar a ausência de responsabilidade se os trâmites entre fã, criador e plataforma não forem devidamente respeitados segundo seus termos pré-estabelecidos. Nesse sentido, é notório o esforço de ambas as plataformas em oferecer subsídios suficientes para que os usuários se sintam livres para consumir ou acumular receita com a intermediação tecnológica. No entanto, na prática, pontuo que esses subsídios favorecem, sobretudo, as plataformas, principalmente no que se refere a isenção legal de sua responsabilidade jurídica e a crescente acumulação de receita por meio de um sistema econômico que extrai capital e paradoxalmente, nesse contexto, é sustentado por narrativas de proximidade e intimidade.

Ademais, deduzo que a principal diferença entre as plataformas reside na origem e no foco de mercado. O *OnlyFans* é uma plataforma de alcance global, com transações processadas em dólar. O Privacy, por sua vez, é uma empresa voltada para a América Latina e transações processadas em real. É interessante analisar que essa distinção é relevante para a

dinâmica de mercado observada, influenciando diretamente a precificação do conteúdo e a acessibilidade para o público brasileiro.

No que se refere a lógica do engajamento constante e a necessidade de autogerenciamento, fenômeno altamente presente nas dinâmicas das plataformas de conteúdo adulto, o criador de conteúdo é levado a se ver como um microempreendedor autônomo, ocultando a relação de dependência com a plataforma, que detém o algoritmo e o mercado. O valor não reside apenas no conteúdo estático, mas na interação, personalização e exclusividade vendidas, elementos que se encaixam na lógica de extração de dados (SRNICEK, 2017), onde o engajamento do público é o que impulsiona a visibilidade algorítmica.

Desta forma, o *OnlyFans* e o *Privacy* não são apenas locais para a monetização; são mediadoras tecnológicas que transformam o corpo e a sexualidade em ativos digitais que devem ser constantemente geridos, precificados e expostos a uma lógica de performance digital. São espaços onde as barreiras entre o simbólico, o afeto, a intimidade e o profissionalismo performático se embricam e desenvolvem-se meio a um novo modelo de monetização da intimidade, que de certa forma, nos ajuda a entender os novos aspectos desse fenômeno contemporâneo.

CAPÍTULO 4

Resultados e discussão

Neste momento descreverei, ainda que rapidamente, o perfil demográfico e de atuação no trabalho sexual – digital e/ou tradicional - dos cinco entrevistados que detalhei na Tabela

Tabela 1 - Perfil demográfico e de atuação dos entrevistados no trabalho sexual

Variável Demográfica/ atuação no trabalho sexual	Davi	Cristian	Luan	João	Viviane
Idade	23	25	25	Não declarado	29
Identidade de gênero	Homem Cis	Homem Cis	Homem Cis	Homem Cis	Mulher Trans
Raça/Cor	Preto	Pardo	Pardo	Preto	Branca
Autoidentificação em relação às atuações nas plataformas	Modelo	Criador de conteúdo e Job	Garoto de programa	Prostituto	Acompanhante
Atuação no trabalho sexual tradicional	5 anos	1 ano	5 anos	Não trabalha	5 anos
Tempo de atuação no trabalho sexual digital	3 anos	2 anos	4 anos	2 anos	5 anos
Plataformas utilizadas	Privacy e <i>OnlyFans</i>	Privacy e <i>OnlyFans</i>	OnNowPlay, Privacy, <i>OnlyFans</i> , Telegram	Privacy	Skkoka, Trans com Local, Fatal Model, Sexemodel, Distintas, Laides
Cidade/Região de atuação	Belém-PA	Belém-PA	Ananindeua-PA	Belém-PA	Ananindeua-PA

FONTE: pesquisador, com base em dados das entrevistas.

No início da pesquisa estava trabalhando bibliograficamente com a perspectiva da prostituição feminina, toda a discussão inicial focou em pensar aspectos das relações de trabalho do sexo para esse grupo. No entanto, quando iniciei as entrevistas notei que meus contatos se caracterizavam, majoritariamente, por homens cisgênero. Assim, quatro participantes se autodeclaram como homens cisgênero e uma participante que se identifica como mulher transgênero. Possuem entre 23 e 29 anos. Quanto à raça/cor, a maioria dos

entrevistados se autodeclarou pardo ou preto (Davi, Cristian, Luan, João), enquanto uma entrevistada se declarou branca (Viviane).

Todos os entrevistados relataram atuar no Trabalho Sexual Digital, com tempos de atuação variando entre dois e cinco anos, demonstrando uma experiência consolidada nesse ambiente. Geograficamente, a atuação dos participantes está concentrada na cidade de Belém-PA (Davi, Cristian, João) e na região de Ananindeua-PA (Luan, Viviane). As plataformas digitais mais utilizadas incluem o Privacy e o *OnlyFans*.

A diversidade de espaços digitais é mais notável na atuação de Viviane, que citou ferramentas específicas para o público trans, como os sites Skkoka e Trans com Local, que diferentemente das plataformas OnlyFans e Privacy, que vendem acesso a arquivos digitais, estes sites funcionam como classificados virtuais, utilizados estritamente para a divulgação e agendamento de serviços sexuais presenciais.

4.1 O risco de vazamento e o prejuízo moral dos criadores de conteúdo adulto

A primeira grande singularidade do trabalho sexual mediado por plataformas, que distingue o regime digital do tradicional; reside na dimensão do risco e da exposição da imagem do criador de conteúdo adulto. A análise sobre as plataformas OnlyFans e Privacy demonstram que, apesar de seus termos de serviço proibirem a distribuição ilegal de conteúdo adulto, as barreiras de segurança são facilmente contornáveis, tornando o risco de vazamento e distribuição ilegal da imagem do criador de conteúdo. Nesse sentido, ressalto que o prejuízo não é apenas financeiro, mas moral e psicológico, afetando a reputação e a vida pessoal do criador. Essa fragilidade é sentida na pele dos colaboradores, que internalizam a perda do controle como uma condição do trabalho. O colaborador Davi, por exemplo, reconhece que a imagem se torna um ativo irrecuperável:

E de uma certa forma assim até quando a gente entra para uma plataforma de conteúdo, a gente já vendeu literalmente a nossa imagem porque não tem volta, a partir do momento que você começa a gravar um vídeo e posta, e tem eu acho que 10 mil pessoas, 30 mil pessoas, 60 mil pessoas, às vezes, olhando, tipo, não tem mais volta, né? (Davi).

A percepção de irreversibilidade destacada por Davi é fundamental para a compreensão desse fenômeno. Ao contrário de outros produtos ou serviços, a mercadoria aqui é a própria imagem performada, que se torna uma entidade autônoma e incontrolável

assim que é lançada na rede global. O criador não tem mais o poder de decisão a partir do momento em que sua imagem é exposta:

Mas eu digo assim, se a pessoa realmente não precisar, ou se ela tiver curiosidade, tipo, não faz, não faz, porque é a nossa imagem, amigo, não tem como tu pegar e apertar assim... 'Vou excluir'. Tipo, 'vou excluir minhas fotos', 'vou excluir o que eu fiz por vídeo'. Não tem essa opção. A tua imagem já tá. Até porque tem muitas pessoas que pegam e vendem o nosso material. Vão repassando de grupos em grupos de Telegram. É um número muito grande. Não é só aqui no Brasil, é no mundo todo. Então a nossa imagem, ela gira pra muitos e muitos lugares. Tipo, não tem como apertar pra apagar. Tipo, tu já vendeu, assim, a imagem. Tipo, não tem... Pause. Não tem nada disso, entendeu? A partir do momento que tu entra (Davi).

Essa perda de controle da imagem reflete a máxima exploração do Capitalismo de Plataforma (SRNICEK, 2017), pois o trabalhador vende um ativo que continuará sendo consumido e distribuído mesmo após ele cessar sua atividade. A dimensão global da internet, que desterritorializa o conteúdo, amplifica o prejuízo.

Diante da impossibilidade de reaver a imagem, a plataforma exige uma vigilância forçada por parte do criador, consolidando a tese do autogerenciamento exaustivo. A transferência integral da responsabilidade para o criador é a materialização da precariedade, onde o custo psicológico e moral de ser um "empreendedor de si" e torna o trabalho de alto esforço e invisível (SRNICEK, 2017).

4.2 O Twitter (X) como plataforma remediadora

Embora o *OnlyFans* e o *Privacy* forneçam diversos subsídios aos criadores de conteúdo, teoricamente ofertando um mercado por si só, eles falham em prover a visibilidade necessária para o sucesso. O Twitter (ou X) emerge, então, como a principal plataforma remediadora - a ferramenta essencial para o marketing, a divulgação e a captação de clientes. O Davi é categórico ao descrever essa relação:

Comentam muito no Twitter e na própria plataforma mesmo... o Twitter é a plataforma que a gente divulga tudo... ele é como se fosse, vamos supor, tu é manicure, aí tu quer divulgar o teu trabalho, aí tu vai pegar um influencer, aí através desse influencer que vai ter mais visibilidade, então o Twitter ele dá mais visibilidade pro *OnlyFans*, pro *Privacy*, é tudo através dele... (Davi).

A fala demonstra que o criador, forçado ao autogerenciamento (SRNICEK, 2017), deve duplicar seu esforço laboral, transformando o marketing e a gestão de múltiplas redes em parte de sua jornada de trabalho não remunerada.

A utilização do Twitter é uma estratégia direta para gerar o engajamento (SRNICEK, 2017) que impulsiona o negócio. Os criadores utilizam a rede social aberta para postar prévias, gratuitas, que servem como isca para direcionar o tráfego para a plataforma fechada, paga. O interlocutor Cristian detalha essa rotina:

Ah, a minha estratégia sempre tem os horários para postar as prévias no Twitter, eu sempre posto as prévias no Twitter. Aí coloco o link nas publicações e as pessoas vão até esse link e entram pela plataforma (Cristian).

Essa necessidade de monitorar horários, editar prévias e gerir o funil de vendas nas redes sociais é a materialização do esforço invisível do trabalho digital, que exige um planejamento contínuo para manter a performance algorítmica.

Além da divulgação, a visibilidade obtida no Twitter gera um valor que o criador consegue converter em receita extra, transcendendo a lógica da assinatura mensal de plataformas como *OnlyFans* e *Privacy* e maximizando renda através do engajamento. Ou seja, o valor do capital social construído no Twitter é monetizado de diversas maneiras, servindo como um ativo que aumenta o faturamento total do profissional para além dos lucros obtidos com as assinaturas nas plataformas de conteúdo adulto.

A fama ou o alcance conquistado na rede social aberta permite que o entrevistado se desvincule parcialmente da lógica de preço baixo imposta pela concorrência das plataformas fechadas, podendo negociar serviços extras como encontros, viagens ou jobs¹⁴ presenciais com margem de lucro maior. O Luan, outro entrevistado, confirma essa alavancagem de valor:

O Twitter já me proporciona bons clientes, entendeu? Tem muita gente que me manda mensagem por lá querendo um job por lá... por ser uma rede social, lá que talvez eu seja um pouco conhecido, eu posso botar um valor a mais, de lá vem muita coisa de viagem (Luan).

Essa dinâmica demonstra que o trabalho no Twitter não apenas divulga o conteúdo, mas precifica a fama e a visibilidade do criador, convertendo o engajamento em capital adicional.

4.3 A luta pela definição: autodeclarações e complexidades

Ao investigar as fronteiras e as categorias que definem o trabalho sexual mediado por plataformas, identifiquei uma grande hesitação dos entrevistados em se autoidentificar com

¹⁴ O termo "job" é uma gíria ou código amplamente empregado pelos profissionais do sexo, tanto na atuação presencial quanto na digital, utilizada para suavizar a carga moral da prostituição e para se referir a uma transação sexual ou de conteúdo específica. É uma forma de despersonalizar a troca e tratar a atividade como uma tarefa laboral ou um serviço a ser executado, reforçando a noção de trabalho

rótulos tradicionais, o que impede qualquer classificação como "prostituição" em seu sentido intrínseco. As respostas às questões sobre como se identificam em relação à sua atuação digital apresentam um vasto leque de interpretações, algo que ressoa com a análise de Piscitelli (2016) sobre as múltiplas perspectivas e as diversas autorias necessárias para explicar os fenômenos das economias sexuais.

Em análise, a autora menciona Elizabeth Bernstein (2014), que define o termo “economias sexuais” não somente como troca literal entre sexo e dinheiro, mas um modo pelo qual as circulações sexuais tornam-se importantes para a valorização de outros projetos econômicos e sociais, como o turismo, o humanitarismo e o controle de fronteiras (Piscitelli, 2016, p.5). Não obstante, Piscitelli também menciona Amália Cabezas (2009), que ilustra o conceito de economias sexuais analisando o turismo internacional heterossexual em Cuba e na República Dominicana, enfatizando o valor da afetividade que se conectam às transações sexuais/econômicas realizadas entre população local e estrangeiros (PISCITELLI, 2016, p.6).

Em paralelo, essa variedade de autoidentificações indica que cada entrevistado busca uma autodeclaração que se ajuste ao seu contexto pessoal e social, funcionando como uma ferramenta de gestão de estigma e de valorização profissional.

A maioria das autodefinições revela uma clara tentativa de se distanciar do estigma histórico associado ao termo "prostituição" (RAGO, 1990). O Davi se identifica como modelo, minimizando a troca sexual direta:

Na plataforma digital assim a gente se vê mais como modelo mesmo. Tem muitas pessoas assim... que, elas ficam só nessa área e também tem pessoas que saem como acompanhante, mas normalmente é modelo assim mesmo (Davi).

De forma semelhante, o Cristian nos responde a pergunta sobre como se autodenomina da seguinte forma: “pra falar a verdade, eu me considero criador de conteúdo e job”. Ele mobiliza um termo mais neutro: “criador de conteúdo”, para descrever o material produzido, mas adiciona o “job” (trabalho).

Já o Luan admite atuar no job, mas se distingue de outros atuantes, sugerindo uma hierarquia entre a atuação digital e o encontro presencial. Essas nomenclaturas variadas “modelo”, “criador de conteúdo” atuam como mecanismos de defesa e de legitimação da atividade no espaço digital:

Por incrível que pareça, eu acho realmente bem diferente, eu acho bem diferente, porque eu não vou falar que eu não me considero um garoto de programa, porque eu realmente faço o job. Então, até aí, tudo bem. Mas quando eu converso com pessoas

que realmente gravam, e tipo, só do ramo de gravar, a gente não toca nesse assunto, a gente não fala disso. (Luan)

Luan evidencia que entre as dinâmicas de gravação envolvidos nesse universo, os criadores de conteúdo dificilmente recorrem ao termo “prostituição” para definir suas ações laborais. Em contraste, as respostas dos entrevistados que aceitam ou reivindicam os termos mais diretos o fazem sob a ótica do profissionalismo e da autoafirmação. João é o único que sugere a remoção de qualquer eufemismo, ao se identificar abertamente como:

Prostituto mesmo (João).

Por outro lado, Viviane, a única mulher transgênero, reivindica o rigor técnico:

É profissional do sexo porque existe um profissionalismo por trás de uma foto, entendeu? Você tem que ter uma organização muito grande para você atuar como profissional (Viviane).

Essa fala de Viviane é importante, pois ela resgata a organização, o profissionalismo e a disciplina - valores do trabalho - para justificar o rótulo de "profissional do sexo", em vez de se focar no estigma. A divergência entre o "modelo" de Davi e o "profissional do sexo" de Viviane ilustra a complexidade da negociação da identidade em um mercado que é, ao mesmo tempo, livre (plataforma) e profundamente estigmatizado (sexualidade).

4.4 Dinâmicas laborais: produção, edição e o mito da simplicidade

A percepção pública de que o trabalho nas plataformas digitais de conteúdo adulto se resume a "bater a foto e deixar lá" é resignificada quando observamos mais detalhadamente a complexa dinâmica laboral revelada pelos entrevistados. Longe do amadorismo sugerido pela aparente simplicidade que é manusear e publicar nas plataformas, a atividade de postar imagens e vídeos exige múltiplas funções que transformam o criador em uma equipe de produção singular. O João é enfático em desmistificar a facilidade:

Às vezes, as pessoas pensam que para entrar em uma plataforma é necessário apenas bater a foto pelada e deixar lá, e não é. [...] como qualquer produto que vai estar disponível a venda, existe toda uma estruturação desde, de... de... o marketing. No caso da internet, a venda do marketing na internet é muito necessária, né? (João).

A dinâmica de trabalho nas redes sociais, que misturam trabalho e entretenimento, sugere que laborar por meio das redes é algo mais fácil e leve. O discurso corrente sugere isso, no entanto, a fala de João indica que não somente a demanda de tempo é grande, quando exige outros saberes, como o de estratégias de marketing. Ademais, no contexto

neoliberalizante, o trabalhador é convocado a assumir o papel de empreendedor, produtor, editor e marketeiro simultaneamente.

A produção de conteúdo, portanto, exige planejamento, coordenação de tempo e gestão pessoal. Os interlocutores descrevem a necessidade de garantir a qualidade técnica e o timing para manter o engajamento. Ou seja, a atividade de criação de conteúdo é uma ocupação de grande complexidade laboral, que depende da capacidade do profissional de atuar como gestor de sua própria marca e produto, desfazendo a percepção de que se trata de uma fonte de renda fácil ou passiva. (SRNICEK, 2017). Davi detalha os desafios na produção em parceria:

É. É todo um trabalho. Tem que chamar a pessoa; e tem que ver se a filmagem vai ficar boa. E tem as vezes que não bate, sabe? Com a pessoa que tu chamou. Parece que não bate aquela química, aí o vídeo não fica bom, entendeu? Aí tem que ter toda uma coisa, tem que ter uma paciência (Davi).

A essa complexidade relacionada a produção de conteúdos voltadas às de filmagens e postagens, somam-se a gestão do acervo digital. A fala de Luan revela a necessidade de um volume constante de material:

Sim, primeiro de tudo, tu gravas, tu grava um vídeo. Se tu quiser mesmo estar em alta, tu não vai gravar só um vídeo (...), tu vai gravar, acho que um vídeo por dia, logo no início. Pra ti ter bastante conteúdo. Eu organizo tudo em drive, e de lá, tudo que eu vou produzindo, produzo o vídeo pra postar, mando pra pasta, e daquele vídeo eu tiro a prévia (Luan).

A curadoria, o backup (organizar tudo em drive) e o desmembramento do conteúdo para diferentes fins (vídeo completo, prévia para o Twitter) demonstram a diversidade de tarefas do processo de trabalhar na produção de conteúdo para plataformas digitais de conteúdo adulto. Interpretar esse processo em termos de carga de trabalho que envolve tanto as tarefas administrativas, quanto às da produção do conteúdo propriamente dita, que exige conhecimento técnico do trabalho é importante, pois permite identificar os processos e a carga de trabalho necessária ao trabalho digital nesse perfil de plataformas.

Os estudos sobre o trabalho nas redes apontam que trabalhar em plataformas com fins de entretenimento envolve, muitas vezes, um trabalho profissional. O contraste entre a idealização de uma "equipe profissional" e a realidade do "trabalho solo" reforça a precariedade, é o que revela João quando ele diferencia os dois modelos:

Têm pessoas que têm uma equipe né? E esse pessoal que é mais profissional tem toda uma equipe. [No meu caso] eu quem fazia tudo isso sozinho, e demandava bastante tempo, porque além de produzir, fazia parte da edição, e ainda tinha a

questão de promoção, para que aquilo chegasse às pessoas de forma convidativa... (João).

Nas redes Sociais, as páginas com poucos seguidores, em geral, são administradas pelo próprio dado/produtor de conteúdo. De modo que o trabalho "sozinho" exige que a mesma pessoa domine a produção, a edição, e a promoção (marketing de sedução), atividades que, em um modelo de negócio tradicional, seriam distribuídas em uma equipe. Essa demanda exaustiva, que demanda bastante tempo, é o preço da falsa liberdade do autogerenciamento prometida pelas plataformas, evidenciando que a maior parte do trabalho é invisível e não conta com o suporte formal.

4.5 Tensão da intimidade: a performance do afeto e o trabalho emocional

Embora o trabalho nas plataformas seja mediado por uma transação monetária, o que é vendido transcende a mera prestação de serviços sexuais, invadindo a esfera da intimidade e do afeto. Essa dinâmica complexa encontra paralelos na teoria de Zelizer (2011) sobre a negociação da intimidade, em que as trocas monetárias e as relações afetivas não são mutuamente exclusivas, mas sim gerenciadas por meio de laços especiais e demarcações morais.

Os entrevistados confirmam que o cliente busca, além do produto, uma conexão emocional que exige do criador uma performance afetiva e trabalho emocional. O Luan descreve essa camada do trabalho nas palavras à baixo:

Tem gente que atende até mais do que isso, consegue ter energia para se comunicar, porque o job é tu trocar energia de conversar. Hoje em dia, as pessoas não querem mais só chegar. Claro, tem exceção, tem gente que quer ir lá, vai embora, mas hoje em dia, eles querem conversar, (...) querem massagem, querem uma experiência diferente do que eles podem estar encontrando na casa deles... (Luan).

O dinheiro, portanto, atua como um mediador da troca que não apenas compra o sexo, mas o serviço para a troca da escuta e o envolvimento emocional. Interessante notar que num contexto em que as pessoas estão cada vez mais em processos de individualização, que as redes sociais têm ocupado o lugar das interações sociais presenciais, é sintomático a busca por intimidade e conexão mediada pelas plataformas e que elas sejam comercializadas. Ademais, a fronteira entre o que é pago e o que é íntimo é frequentemente borrada, empurrando o criador para o papel de confidente ou terapeuta. Essa exposição à dimensão

mais "obscura" da vida dos clientes é um subproduto do trabalho que não é formalmente precificado. O Davi descreve essa incursão inesperada no campo da psicologia:

Olha, na verdade acontece de tudo, né? Porque a partir do momento que a gente vive nesse mundo, a gente conhece aquele lado das pessoas mais... Eu acho que o lado do sexo é o lado mais obscuro das pessoas, então tem o... Vamos supor, tipo assim, fazendo acompanhamento, fazendo o Job, eu conheci muitas pessoas boas e muitas histórias também assim... e também muitas das vezes eu sou um psicólogo... (Davi).

A confissão e a abertura emocional facilitada pelo momento íntimo ressoam com a análise de Simmel (1995) sobre como o dinheiro pode mediar a distância social, ao mesmo tempo em que a proximidade física revela uma faceta humana que é paralelamente vulnerável e exploratória. Essa carga emocional e psicológica, exigida para garantir o engajamento e o valor agregado (SRNICEK, 2017), é o indício da precarização: o trabalho sexual digital não vende apenas conteúdo, mas o esforço emocional para ser tudo o que o cliente emana.

4.6 O paradoxo do consumo: a hipocrisia da "boa sociedade"

Apesar da atuação em plataformas digitais fornecer uma camada de anonimato e controle sobre o ambiente de trabalho, o estigma social e o preconceito são intensificados no campo virtual. O espaço de comentários nas redes sociais torna-se um campo de batalha em que o ódio e o julgamento são projetados de forma anônima, mas com impacto real. O Davi descreve a exposição a esse tipo de violência:

Eu acho que tem a dificuldade de muitas pessoas também julgarem, como sempre elas fazem. E os comentários também. [...] [porque] tem as pessoas que gostam, mas também tem aquelas que tacam o pau tipo até nos comentários do Twitter, do Privacy... tem pessoas que parece que elas me odeiam, sabe? Odeiam a gente de uma certa forma, que eu fico [pensando] 'mas por que a pessoa comentou isso?' Tipo... ela nem sabe quem eu sou, e é sempre pessoa anônima, que ela pode falar o que ela quiser, sabe? (Davi).

Essa agressividade anônima é a materialização do estigma social (RAGO, 1990), que o criador, apesar de ser um fornecedor de entretenimento, é punido moralmente por desafiar as normas sociais de gênero e sexualidade com seu conteúdo. A dificuldade em lidar com o julgamento social é aprofundada por uma contradição moral que é o cerne da análise de Simmel (1995) sobre a "boa sociedade": a mesma sociedade que condena e marginaliza é a que, de forma oculta, sustenta o mercado sexual. A hipocrisia reside na divisão entre o consumo privado e o julgamento público. Davi articula essa contradição de forma contundente ao correlacionar a violência contra mulheres trans com o consumo por homens casados:

É igual aqui no Brasil, né? O Brasil é o país que mais consome pornografia de mulheres trans. Mas se tu for ver, aqui é onde mais morrem as mulheres trans, e, tipo, todas as mulheres trans que tem aqui no Brasil, se elas têm uma vida boa, é por causa dos homens casados. É eles que sustentam a prostituição, são os homens casados que matam, que não gostam, que julgam, que falam para os filhos não fazerem igual, que não querem a família perto. Tipo, são tudo eles, entendeu? Aí as pessoas são fodas, são hipócritas (Davi).

Essa fala ilustra a face mais perversa da economia moral da sexualidade: a mesma figura (o homem casado) que financia a subsistência do trabalhador sexual é aquela que o marginaliza e o violenta publicamente, utilizando o anonimato digital ou o anonimato social para exercer o poder. A crítica de Davi à hipocrisia da sociedade lança debate sobre a possibilidade de uma mudança de ponto de vista na moralidade social.

4.7 Os custos do capital

A intensa demanda por produção e a constante exposição ao julgamento social impõem um custo psicológico alto que se manifesta em crise existencial e arrependimento. Embora a atividade seja vista como meio de subsistência e aumento de capital (SRNICEK, 2017), ela contradiz o desejo interior do indivíduo, gerando um conflito entre o ser e o seu trabalho. O Davi expressa essa dissonância:

É porque eu sou uma pessoa que eu tô nesse meio mais... tipo, no fundo do meu coração, eu não queria estar... tipo, eu tô assim... É legal! (...) mas... Sabe quando tu queria estar fazendo outras coisas, só que... não é tão fácil, sabe? (Davi).

De forma ainda mais aguda, o Cristian revela a manifestação da depressão e do autoquestionamento:

Ah, às vezes eu fico muito deprimido. Assim, de olhar, às vezes eu fico olhando as minhas publicações e falo, será que eu tô fazendo errado? Porque antes eu não era assim, tive que entrar nisso. Às vezes eu me arrependo, às vezes eu fecho o Privacy e depois eu volto (Cristian).

Essa oscilação entre a necessidade econômica e o arrependimento moral ilustra a tensão que Simmel (1995) descreve sobre a moralidade em sociedades baseadas na pura troca monetária, onde a alma do indivíduo se sente violentada pelo seu papel no mercado.

Adiante, a obrigatoriedade de gerar engajamento (SRNICEK, 2017) transforma o tempo livre em tempo de trabalho potencial, resultando em uma exaustão que impede o criador de desfrutar de momentos sociais e pessoais. O trabalho de plataforma exige uma presença contínua e vigilante, que invade e desorganiza a vida fora da tela. O Luan descreve essa ausência de presença:

tu me vê, às vezes, só no celular. Rolê, tá no celular, às vezes nem sai, é no celular 24 horas. É uma pessoa que também não consegue aproveitar... Se eu estiver em algum lugar, eu sei que eu não troquei o RT durante um bom tempo, e a minha publicação pode rolar de cair, [suposição] eu vou pegar o celular na hora, e vou ficar aqui, conversando contigo aqui, então isso, querendo ou não, tem uma experiência meio diferente (Luan).

A necessidade de "trocar o RT" (retuitar) e manter o celular 24 horas ativo para evitar a "queda" de sua publicação - e, conseqüentemente, de seu engajamento - ilustra como a lógica algorítmica se apropria do tempo livre. O tempo de lazer atravessado por diferentes sentimentos, o de prazer, mas também o de ansiedade e a sensação de potencial perda de capital, sendo o preço da "liberdade" do autogerenciamento a perda da capacidade de aproveitar a vida fora do ciclo de produção.

4.8 O estigma de gênero como barreira na pesquisa

A primeira coisa que notei ao tentar convidar pessoas para a pesquisa foi a dificuldade em ter convites aceitos por parte das mulheres cisgênero produtoras de conteúdo, um fato que me levou a refletir sobre a composição da minha amostra, predominantemente masculina. A recusa de convites para participar das entrevistas por parte das mulheres cisgênero criadoras de conteúdo adulto contrasta com a presença de homens cisgênero e mulheres transgênero que aceitaram e acolheram a pesquisa, e atua como um dado empírico relevante que reflete as diferentes economias de gênero observadas.

O anonimato e a desterritorialização do mercado digital podem ser estratégias mais viáveis para que esses sujeitos protejam sua imagem pública, enquanto se inserem em sistemas de trocas que ainda são consideradas socialmente marginalizadas.

Essa dificuldade não é um erro, mas sim um espelho sobre como o estigma social é muito mais pesado e cruel para as mulheres que vendem sua imagem ou sexualidade. Como a pesquisadora Rago (1990) já apontava, e Piscitelli (2016) confirma, a sociedade controla a imagem da mulher de forma muito mais rígida do que a do homem. Por isso, a mulher cisgênero que atua nas plataformas precisa de um anonimato quase total, de modo que tenho como hipótese que participar de uma pesquisa se torne um risco alto demais. A recusa em participar é, na verdade, uma estratégia de autoproteção contra um julgamento social que seria devastador.

A predominância de homens cisgêneros nas entrevistas contrasta com o número de homens que consomem conteúdo pornográfico. O Capitalismo de Plataforma (SRNICEK, 2017) é implacável: ele explora o que já existe no mercado para maximizar o lucro. No Brasil, o consumo de pornografia é majoritariamente masculino, com 76% dos usuários sendo

homens (MURARO, 2018). Essa estatística é a chave: a plataforma, para ganhar dinheiro, foca em fornecer o que o público-alvo principal deseja. Sendo assim, a maior oferta de homens cisgênero nas plataformas é uma resposta direta do mercado à alta demanda masculina. Enquanto a mulher cisgênero enfrenta o estigma que dificulta sua atuação, a plataforma capitaliza a procura, fazendo com que o corpo do homem se torne mais abundante para o trabalho.

Essa situação expõe um sexismo normalizado. Quando um homem atua nas plataformas, embora possa haver críticas, a sociedade de alguma forma enxerga isso como um tipo de extensão da liberdade masculina. Para a mulher cisgênero a mesma atividade é imediatamente vista como degradação ou falha moral, com pesos diferentes. Essa diferença na moralidade é o que o sociólogo Simmel (1995) ajudava a entender: a sociedade tem padrões morais desiguais que definem quem pode (e quem não pode) atuar no mercado sem ser destruído. Assim, a mulher cisgênero tem um custo social de entrada muito mais alto, enquanto o homem, com um peso moral menor, se torna um trabalhador mais disponível e maleável para o regime de plataforma. A dupla penalidade recai, no fim, sobre a mulher.

4.9 O transnacional e o digital: redes de apoio e a sobrevivência das mulheres

Entre os entrevistados está Viviane, mulher transgênero, 28 anos de idade, nascida e criada no município de Ananindeua-PA, descendente do interior do Pará. Veio de família humilde, foi criada e sustentada pela mãe até atingir sua independência. Aos dezoito anos se apaixonou por um rapaz, mas o relacionamento não deu certo, trazendo à tona sentimentos complexos, que segundo a entrevistada, foram os gatilhos que a motivaram a entrar no mundo da prostituição.

Viviane relata que em suas primeiras experiências, sua atuação profissional se limitava ao município de Ananindeua-PA, e com o passar dos anos, expandiu seus horizontes viajando pelo Brasil. Visitou diversas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, sua vivência a motivou a investir na própria imagem, realizando ensaios sensuais e pensando em formas mais robustas para maximizar sua visibilidade no mercado sexual. A partir de então, a entrevistada teve seu primeiro contato com os sites intermediadores como o Skokka¹⁵, Garota

¹⁵ Acompanhantes, transex e massagens no Brasil - Skokka

com Local¹⁶, Fatal Model¹⁷, Sex e Model¹⁸, e um site específico para acompanhantes trans como o Distintas¹⁹.

Foi a partir dessa perspectiva de maximização de ganhos e melhora de vida que o objetivo de Viviane se consolidou, e desde então, passou a promover-se em sites de acompanhamento íntimo. Através desses sites e seus novos conhecimentos sobre esse universo, a entrevistada viajou o mundo e exerceu sua profissão em países como Alemanha, França, Bélgica e Mônaco. Atualmente Viviane exerce sua profissão em Ananindeua-PA, para ficar mais próxima da família.

Essa escolha de voltar para suas raízes, segundo Viviane, é o resultado dessas vivências ao longo desses anos, é o reflexo da sua verdadeira sensação de pertencimento. Viviane investiu seu tempo e seus recursos com a finalidade de ir para o exterior e desenvolver suas perspectivas de vida, feito isso, e de volta, abriu o seu próprio salão de beleza no bairro da Cidade Nova 8, em Ananindeua-PA, onde trabalha atualmente em complemento à sua profissão de profissional do sexo, que exerce com orgulho.

A experiência de Viviane é essencial, pois ela atua no cruzamento entre o trabalho sexual tradicional e os espaços digitais, e revela uma dimensão de solidariedade e organização que é vital para a sobrevivência das mulheres trans/cis que estão inseridas no mundo da prostituição.

Enquanto a entrevista acontecia, indaguei sobre a possibilidade de haver algum tipo de rede de apoio entre as mulheres, seja no Brasil ou no exterior, e Viviane descreveu a existência de uma rede de suporte e mentoria que transcende fronteiras. O trabalho é organizado em uma estrutura de conhecimento compartilhado, onde a experiência é transmitida:

É como se fosse uma faculdade onde quem aprende mais ensina para quem aprende pouco, e elas vão interagindo, interagindo, interagindo, então, assim, existe o grupo da França, existe o grupo da Alemanha, existe o grupo de cada país... Eu estou nesse grupo, amor, entendeu? (Viviane).

Ou seja, existe uma mentoria central que organiza e auxilia as mulheres profissionais do sexo no exterior por meio de grupos em redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram*. Esses grupos, compostos por mulheres cisgênero e transgênero, compartilham experiências e

¹⁶ Garota Com Local ★ O mais completo site de acompanhantes do Brasil

¹⁷ Fatal Model - O maior site de acompanhantes do Brasil

¹⁸ Libertines annonces - Sexemodel

¹⁹ Escorts TRANS Travestis Brasil 💎 Ts Shemales Bonecas

vivências das profissionais, funcionando como uma espécie de rádio, onde informações sobre segurança e avisos sobre as adversidades positivas e negativas em relação aos seus clientes e sua profissão são constantemente pautados.

Essa realidade demonstra que, para as mulheres, o sucesso no trabalho - seja ele virtual ou físico - também depende de uma comunidade ativa que fornece suporte, segurança e conhecimento técnico, diferentemente dos homens cisgênero, que em perspectiva, parecem depender mais de redes de divulgação em vez de redes de apoio estrutural.

Apesar da força da comunidade interna, a luta contra o preconceito externo impõe um alto custo psicológico e social, o que explica por que a mulher trans precisa gerenciar cuidadosamente sua visibilidade. Essa dinâmica revela o peso da moralidade de Simmel (1995), onde a aceitação da profissão no privado (dentro do grupo de apoio) é crucial, mas a exposição pública é evitada a todo custo. Viviane, inclusive, detalha essa dificuldade:

90% das meninas têm dificuldade em aceitar a profissão por conta do preconceito que elas podem ter dentro de casa, dentro do seu relacionamento, através dos amigos... Quando elas convivem com a sociedade, elas não chegam e dizem 'eu sou do job, eu sou do privacy'... Elas ficam por trás, elas se camuflam, mas elas nunca se assumem (Viviane).

Essa necessidade de "camuflar" a profissão do convívio social reforça o argumento de Rago (1990) sobre o estigma e a marginalização, mostrando que, embora o digital ofereça uma nova fonte de capital, ele não dissolve o preconceito social que obriga a trabalhadora a viver uma vida dupla.

A experiência de Viviane é, portanto, indispensável, pois ela articula a sobrevivência no trabalho sexual tradicional, no qual a organização comunitária é secular à resiliência exigida no ambiente digital que envolve, inclusive um campo novo que é a de extração de dados. Ao ressaltar que há uma porcentagem que trabalha num modelo tradicional e outra que trabalha virtualmente, e que ela transita entre ambas, Viviane valida a ideia de que o trabalho sexual digital não é um fenômeno isolado, mas uma extensão das economias sexuais que já operavam, agora mediada por plataformas. Sua voz, completa o quadro da pesquisa, demonstrando que, embora haja diferenças de gênero na forma como o estigma se manifesta, o reconhecimento profissional igualitário entre todos os trabalhadores é imprescindível.

CAPÍTULO 5

Outros espaços digitais de conteúdo adulto

A análise do trabalho sexual digital exige uma delimitação precisa de seu escopo, distinguindo o *OnlyFans* e *Privacy* das plataformas que operam como intermediadoras de encontros presenciais. A Viviane, em sua dupla experiência no digital e no tradicional, também fornece a chave para essa distinção. Ela categoriza os sites exclusivos para acompanhantes como plataformas aonde:

As pessoas vão e marcam encontros sexuais, é uma troca entre o cliente e a acompanhante (Viviane).

Viviane sinaliza que os sites de acompanhamento diferenciam-se das plataformas *OnlyFans* e *Privacy*, em sua perspectiva, o *OnlyFans* e *Privacy* são plataformas nas quais as pessoas fazem a compra apenas da imagem e da intimidade, não do ato sexual em si. Já nos sites de acompanhante, existe uma intermediação de relações similar, mas diferencia-se no aspecto íntimo, uma vez que esses sites e/ou espaços digitais alternativos resultam na relação sexual carnal, e embora ofereçam suporte para relações dinâmicas, sem necessitar de encontros presenciais, quase sempre são utilizados e/ou associados a essa finalidade.

Essa diferença estabelecida por ela é interessante, pois de alguma forma ela postula uma distinção quanto o produto vendido - imagem versus corpo/ato. Diferença que é relevante para a tese do Capitalismo de Plataforma (SRNICEK, 2017). Os app's *OnlyFans* e *Privacy* se encaixam perfeitamente no modelo de extração de dados e monetização de conteúdo, enquanto os outros sites utilizados pela entrevistada, são, primariamente, ferramentas de logística e agendamento para a prostituição tradicional.

Embora ambos os modelos envolvam a exposição do corpo, o nível de risco de exposição e riscos à integridade física em relação a natureza da mercadoria vendida são distintos. No modelo de plataforma como o *OnlyFans* e *Privacy*, a mercadoria é a performance íntima e o engajamento com a imagem. Nos sites de acompanhantes, a exposição é um meio para um fim que culmina no encontro pessoal e no ato sexual, o que, pressupõe, um possível aumento da vulnerabilidade do trabalhador, uma vez que a exposição é maior dada as exigências e necessidades da categoria em relação ao seu aspecto laboral presencial e carnal. Nesse sentido, Viviane argumenta:

A mesma coisa é nos outros sites? Um pouco, porque lá o seu corpo também está exposto, mas a diferença é que lá você marca um encontro pessoalmente e acaba que você vai ter que fazer o ato sexual com as pessoas que te contratam (Viviane).

A interlocutora diferencia os sites de acompanhamento em relação as plataformas digitais, argumentando que essas distinções se inserem na forma em que as relações entre criador de conteúdo e cliente se manifestam. Neste caso, essa necessidade de exposição física e realização do ato sexual no ambiente tradicional carrega os riscos associados à prostituição histórica (RAGO, 1990), como violência e abusos. O trabalho em OnlyFans/Privacy, embora sujeito ao risco de vazamento de imagem, elimina a vulnerabilidade do contato físico, sendo um modelo mais seguro para o criador em termos de integridade física.

A distinção feita por Viviane é importante para a delimitação metodológica desta pesquisa. Enquanto os sites de acompanhantes digitais são intermediadores da prostituição tradicional, o OnlyFans e o Privacy representam a evolução do negócio por assinatura no campo sexual. O objeto desta pesquisa, portanto, é o trabalho na plataforma que monetiza a imagem digital e o esforço invisível (SRNICEK, 2017), e não a logística do encontro sexual. Contudo, a experiência de Viviane serve para ressaltar a conexão entre os universos, provando que as(os) trabalhadoras(es) sexuais transitam entre o tradicional e o digital, buscando o melhor meio de ganho que, em sua essência, envolve a sexualidade e a exposição corporal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das entrevistas com Davi, Cristian, Luan, João e Viviane revela um ponto em comum que estrutura a incursão no trabalho sexual digital: a busca por capital financeiro. Assim como observado em outras esferas da economia de plataforma – como os aplicativos de transporte (Uber, 99) e os serviços *freelancer*²⁰ –, a entrada no *OnlyFans* e *Privacy* é impulsionada pela necessidade ou pelo desejo de aumentar o rendimento, complementar a renda ou garantir a subsistência. Essa dinâmica não é acidental; ela é a prova da tese de Srnicek (2017, p. 16), segundo a qual o capitalismo é estruturado pela separação dos agentes de seus meios de subsistência, forçando-os a vender sua força de trabalho (ou, neste caso, sua performance íntima). A promessa de ganhos variáveis, mas potencialmente altos, serve como isca para atrair o trabalhador a um novo regime de exploração contemporâneo.

Essa atração financeira é reforçada pela possibilidade de autogerenciamento, um conceito que atua como o principal chamariz ideológico das plataformas. Todos os entrevistados compartilham a percepção de que a atuação digital lhes confere autonomia para definir preços, horários e volume de conteúdo. Essa percepção ecoa a narrativa inicial da "economia do compartilhamento", descrita por Slee (2017, p. 10), que celebra a cooperação anônima e massificada. Contudo, essa liberdade é ilusória. O "autogerenciamento" é, na verdade, uma transferência direta dos riscos e custos (marketing, segurança, gestão de clientes) para o criador, camuflando a dependência total que ele tem do algoritmo e da infraestrutura da plataforma para alcançar seu público e processar seus pagamentos.

Portanto, o que os entrevistados têm em comum não é apenas o objetivo financeiro, mas o alistamento em um sistema que exige a conversão de sua intimidade e performance em ativos digitais sob a lógica do engajamento (SRNICEK, 2017). Para concretizar o aumento de capital, eles precisam atuar como microempreendedores, gerindo sua imagem e seu produto sob a vigilância do algoritmo e do mercado.

Ademais, no que se refere à questão do trabalho sexual intermediado por plataformas digitais, observou-se, com base nos dados empíricos coletados entre os entrevistados, que existe uma tendência a uma evolução dos aspectos laborais da prostituição tradicional por meio da transição gradual e massificante do trabalho sexual tradicional para o trabalho sexual mediado por plataformas digitais. No mais, essa evolução não representa os fatos em sua

²⁰ Freelancer é o profissional que realiza um tipo de trabalho sem ter, necessariamente, vínculo formal com alguma empresa. Dessa forma, tem maior liberdade para oferecer seus serviços e atuar para diversos clientes. O que é freelancer e como se tornar um?

totalidade, e seria preciso estudos mais aprofundados para compreender esses novos aspectos das relações íntimas e sociais contemporâneas.

O que leva a seguinte reflexão: estaríamos parando por aqui? Ou será que essa transformação no modo como a sociedade consome o mundo sexual perpassará por novos paradigmas com o crescimento dos novos e diversos serviços mediados por inteligências artificiais? Arrisco-me a afirmar, na realidade, que tal fenômeno já começou, e se desenvolve diante de nossos olhos a cada dia que passa.

Sendo assim, concluo que no que se refere as plataformas *OnlyFans* e *Privacy*, o produto é o próprio corpo e a sexualidade, precificados em um processo de monetização. É a partir dessa fundação econômica compartilhada - a busca por capital sob a ilusão do autogerenciamento - que as singularidades e os conflitos do trabalho sexual digital se manifestam, exigindo uma análise mais aprofundada nas categorias temáticas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. **“Mulher da vida, é preciso falar”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1129303>. Acesso em: 15 maio 2025.

MACHADO, Bruna Farias. **Estudos de masculinidades: a crise masculina, a masculinidade hegemônica e a paternidade em Onde estão os ovos?**, de Fabrício Carminejar. *Mosaico*, [S.l.], v. 7, n. 11, p. 50-63, 2016. DOI: 10.12660/rm.v7n11.2016.64777.

MURARO, Cauê. 22 milhões de brasileiros assumem consumir pornografia e 76% são homens, diz pesquisa. **G1**, São Paulo, 17 maio 2018. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/22-milhoes-de-brasileiros-assumem-consumir-pornografia-e-76-sao-homens-diz-pesquisa.ghtml\]](https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/22-milhoes-de-brasileiros-assumem-consumir-pornografia-e-76-sao-homens-diz-pesquisa.ghtml). Acesso em: 15 de outubro de 2025.

PISCITELLI, Adriana. **Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 47, e164475, 2016.

RAGO, Margareth Luzia. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. 1990. 541 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1990.

RIBEIRO, Alan Pereira; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **“Eu danço a música que o cliente tocar”: entre experiências, cenas e o trabalho sexual**. *Revista Contribuições às Ciências Sociais*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 12, p. 01-26, 2024. DOI: 10.55905/revccsv17n12-153.

RODRIGUES, Osvaldo. **[Programa 82] Pornografia no Brasil: do cinema ao digital – Café com Sexologia com Oswaldo Rodrigues**. Participação de: Dionys Melo e Jorge. Café com Sexologia. YouTube, 4 maio 2025. 1 vídeo (25 min 05s). Apresentado pelo psicólogo e sexólogo Osvaldo Rodrigues. Disponível em: [\[\(4934\) \[PROGRAMA 82\] Pornografia no Brasil: do cinema ao digital - Café com Sexologia com Oswaldo Rodrigues - YouTube \]](#). Acesso em: [24 de outubro de 2025].

SABOURIN, Erick. **Marcel Mauss: da dádiva à reciprocidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 131–208, 2008.

SLEE, Tom. **Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. Tradução de Eduardo Jardim de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA, Isabelle Amaral e. **OnlyFans no Brasil: uma análise sistêmica da plataforma de venda de conteúdo adulto como nova fonte de trabalho**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução de Aldo Giacometti. 1. ed. [S.l.]: Caja Negra Editora, 2018. 128 p. (Futuros próximos; 19).

TEIXEIRA, G. H. T. et al. **Tudo virou mercadoria: estudo de caso da plataforma OnlyFans**. ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 13., 2023, Maringá. Anais... Maringá: UNICESUMAR, 2023. p. 1-10.

ZELIZER, Viviana A. **A negociação da intimidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – TRABALHO SEXUAL MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS

Tópico 1: Boas-Vindas

Olá, obrigado por aceitar participar da minha pesquisa. Seu tempo e sua experiência são extremamente valiosos para o meu trabalho de conclusão de curso. O objetivo da minha pesquisa é analisar de que forma o uso das plataformas digitais +18 redefine a compreensão do trabalho sexual e da intimidade, tendo como abordagem teórica o capitalismo de plataforma.

Antes de começarmos, gostaria de pedir sua autorização para gravar esta entrevista, para que eu possa refletir sobre as informações coletadas mais profundamente. Tenho sua autorização? Sua identidade será mantida em total sigilo, sendo usada apenas para fins acadêmicos. As informações que você me fornecer serão utilizadas exclusivamente na minha pesquisa, e você tem total liberdade para não responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortável.

Tópico 2: Autoidentificação

1. Poderia me contar sobre os caminhos do seu trabalho até você decidir utilizar a plataforma? Como foi essa decisão?
2. As pessoas chamam aqueles e aquelas que trabalham com sexo de diversas maneiras, entre elas de prostitutas e garotos de programa. E você? Como se identifica?
3. Você atua apenas nas plataformas digitais de conteúdo adulto? Isto é, como é o seu trabalho por meio da plataforma? Caso você só trabalhe com elas.
4. Para que eu possa entender melhor a sua experiência, você gostaria de compartilhar algo sobre sua jornada ou contexto de vida que você considere relevante para o seu trabalho?

Tópico 3: Perguntas de Caracterização

1. Para contextualizar a sua experiência, poderia me contar um pouco sobre sua atuação profissional e como ela funciona?
2. Há quanto tempo você atua em plataforma +18?
3. Poderia descrever como é a sua rotina de trabalho nas plataformas?

Tópico 4: Perspectivas de Experiências

- 1- Quais mudanças no seu cotidiano você percebeu após utilizar as plataformas?
- 2- Existem benefícios ao utilizar essas plataformas?
- 3- Quais são/foram os principais dificuldade ou pontos negativos que você identifica ou identificou nesse ambiente virtual?
- 4- Em sua perspectiva, existem diferenças entre o trabalho sexual nas plataformas e o trabalho sexual tradicional?

Tópico 5: Percepção Social

- 1- Na sua opinião, o que seria necessário para que o seu trabalho, e o de outros profissionais na mesma área, fosse tratado com mais dignidade e respeito pela sociedade?

Tópico 6: Conclusão

- 1- Gostaria de saber se há algo mais que você considere importante e que não foi abordado nas nossas perguntas. Algum ponto que você queira adicionar?

(Agradecimentos)

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA - TRABALHO SEXUAL TRADICIONAL

Este roteiro é um anexo e foi conduzido com a mesma ética, respeito e sensibilidade do roteiro principal, sob objetivo de entender as dinâmicas laborais do trabalho sexual.

Tópico 1: Boas-Vindas

Olá, obrigado por aceitar participar da minha pesquisa. Seu tempo e sua experiência são extremamente valiosos para o meu trabalho de conclusão de curso. O meu TCC se chama “A exposição do corpo em plataformas digitais de conteúdo adulto: trabalho, intimidade e os limites simbólicos da prostituição no capitalismo de plataforma” e embora meu foco principal seja a atuação em plataformas, entender o trabalho sexual em sua forma mais tradicional é essencial para a minha pesquisa. A sua experiência me permitirá traçar um paralelo e compreender se as plataformas digitais estão redefinindo ou não as noções de trabalho, intimidade e os limites da profissão. Sua participação é fundamental para que eu possa aprofundar a minha análise.

Antes de começarmos, gostaria de reforçar que esta entrevista será gravada, mas sua identidade será mantida em total sigilo, sendo usada apenas para fins acadêmicos. As informações que você me fornecer serão utilizadas exclusivamente na minha pesquisa, e você tem total liberdade para não responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortável. Você autoriza a gravação e o uso dos dados?

Tópico 2: Autoidentificação e atuação

Esta etapa serve para que o entrevistado se posicione em relação ao seu trabalho, localização e experiência;

- 1- Como você se identifica em relação ao seu trabalho? Por exemplo, você se considera um/uma 'profissional do sexo', 'prostituta/prostituto', ou usa alguma outra denominação?
- 2- Onde você exerce o seu trabalho, geralmente? Em um estabelecimento fixo, na rua, em casa? O que motivou a escolha desse local?
- 3- Há quanto tempo você atua nesse trabalho?
- 4- Sua experiência te fez perceber alguma mudança nas dinâmicas de trabalho ao longo do tempo?

Tópico 3: Vivências e Dinâmicas de Trabalho

- 1- Poderia descrever como é um dia ou uma noite típica de trabalho para você?

- 2- Como são as suas relações com outros profissionais do sexo na sua área de atuação?
Você percebe um senso de comunidade ou de apoio?
- 3- Quais são os maiores desafios que você enfrenta no seu dia a dia de trabalho?
- 4- Em termos de segurança, como você lida com situações de risco ou com conflitos?
Onde você busca suporte?
- 5- Você sente segurança exercendo sua profissão?
- 6- Em sua perspectiva, existem diferenças entre o trabalho sexual mediado por plataformas e o trabalho sexual tradicional?

Tópico 5: Percepção Social

- 2- Seu trabalho já causou alguma reação ou teve algum impacto nas suas relações sociais, seja com amigos, família ou outras pessoas?
- 3- Na sua opinião, o que seria necessário para que o seu trabalho, e o de outros profissionais na mesma área, fosse tratado com mais dignidade e respeito pela sociedade?

Tópico 6: Conclusão

- 2- Muito bem, para ter certeza de que compreendi, você mencionou [retomar ponto-chave]. É isso mesmo?
- 3- Gostaria de saber se há algo mais que você considere importante e que não foi abordado nas nossas perguntas. Algum ponto que você queira adicionar?

(Agradecimentos)